

2023 RELATÓRIO E CONTAS



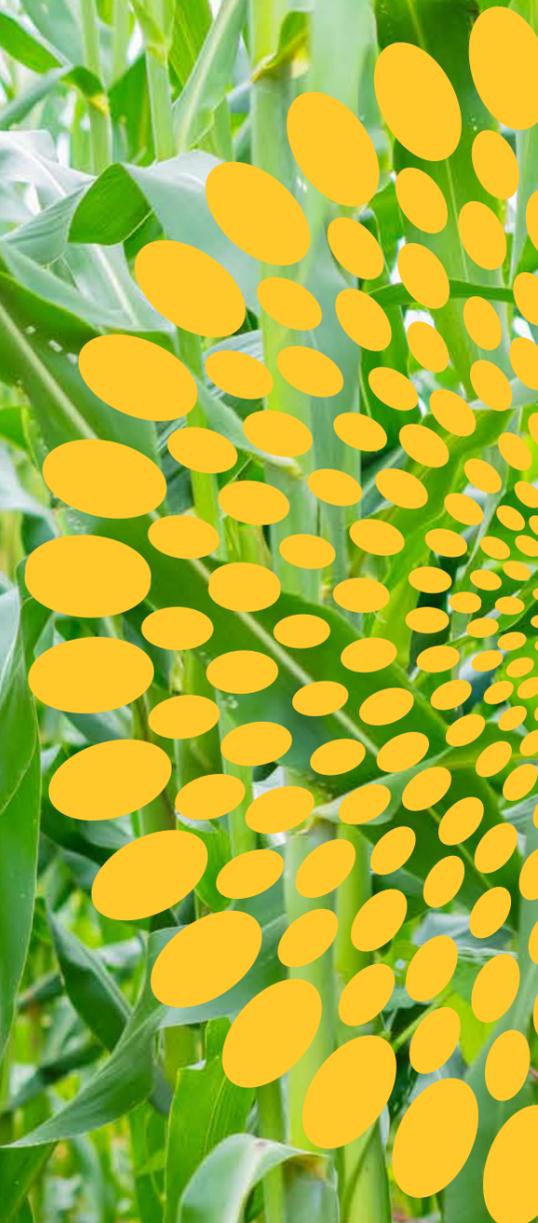
Conteúdo

1. Mensagem do Conselho de Administração	3
2. Enquadramento da actividade	7
2.1. Principais Indicadores Financeiros	8
2.2. Introdução da conjuntura operacional	9
2.3. Plano Estratégico	9
2.4. Parcerias Estratégicas	10
2.5. Estrutura Organizativa	11
2.6. Estrutura accionista	14
2.7. Propósito, Visão, Missão e Valores	14
2.8. Ética e Cultura organizacionais	14
2.9. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	15
2.10. Capital Humano	14
2.11. Estratégia de Produtos e Definição de Preços	15
2.12. Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito	16
3. Enquadramento da Gestão de Risco	17
3.1. Sistema de Gestão de Risco	18
4. Enquadramento Macroeconómico	20
4.1. Economia Global	21
4.2. Economia Nacional	22
5. Proposta de Aplicação de Resultados	24
6. Relatório do Auditor Independente	26
7. Demonstrações Financeiras	30

01.



Mensagem
do Conselho
de Administração



1. Mensagem do Conselho de Administração

Ao longo dos últimos anos quatro anos temos observado diversos acontecimentos (a nível nacional e global) que têm vindo a originar alterações profundas na economia global. A crise da pandemia Covid-19, o conflito Rússia-Ucrânia e a crise geopolítica no Médio Oriente afectaram, por um lado, o comércio externo, o nível de investimento empresarial, o consumo privado e o nível de procura por matérias-primas. Estes eventos impactaram a oferta global de produtos alimentares e de recursos energéticos, contribuindo para um dos maiores ciclos de inflação e de aumento de taxas de juro registado nas últimas décadas.

Em resposta a este contexto económico, o Banco Central (Banco de Moçambique) adoptou uma política monetária mais restrictiva em 2022 e em 2023, tendo revisto em alta as taxas de juro (de forma gradual, e sucessiva). Em adição, verificamos que durante o ano de 2023 o Banco de Moçambique aumentou as Reservas Mínimas Obrigatórias de 10,5% para 39,0% (para os depósitos denominados em moeda nacional) e de 11,0% para 39,5% (para os depósitos denominados em moeda estrangeira), com o intuito de absorver alguma da liquidez do sistema bancário e, consequentemente, limitar a concessão de crédito com vista a controlar a inflação.

Não obstante o contexto acima, verificamos que a economia moçambicana se mostrou resiliente, em 2023, tendo o PIB – Product Interno Bruto crescido cerca de 6,0% (segundo dados do FMI). Este crescimento deveu-se, maioritariamente, ao impacto dos sectores energético, mineiro e do gás natural (sobretudo na bacia do Rovuma).

Para o ano de 2024, o FMI estima uma taxa de crescimento do PIB de cerca de 5%, antecipando também uma redução na inflação de cerca de 1% (que em 2023 reduziu para 5,3%, após ter atingido o nível histórico de 10,3% em 2022). No entanto, o FMI alerta também para os riscos de desvios

orçamentais nos países que irão realizar eleições: dentro deste leque de países encontra-se Moçambique, onde se encontram previstas Eleições Presidenciais durante o mês de Outubro de 2024. O FMI prespectiva ainda uma tendência de desaceleração da inflação e uma descida progressiva e gradual das taxas de juro, sobretudo alicerçada na estabilidade do Metical face ao Dólar Norte Americano. A normalização da oferta nas cadeias de produção dos megaprojectos no sector energético (sobretudo nos projectos de gás natural) constitui ainda um dos alicerces para alavancar o crescimento económico de moçambique em 2024 (e nos anos futuros).

Durante o exercício de 2023, e em linha com o Plano Estratégico aprovado para o período de 2023-2027, o Futuro Mcb, S.A. tem vindo a focar-se em seis pilares estratégicos que visam potenciar a sustentabilidade do negócio e apoiar a Instituição na mitigação dos efeitos e dos riscos resultantes de um contexto macroeconómico particularmente incerto, e de uma política monetária restritiva aplicada pelo Banco Central. O foco nestes seis pilares estratégicos (Crescimento, Rentabilidade, Marca, Governança, Pessoas e Organização, e Digitalização) contribuíram em 2023 para a obtenção de uma *performance* económico-financeira bastante positiva, tanto em termos de rentabilidade, como na melhoria do perfil de risco do Banco. O desempenho positivo observado materializou-se nos seguintes indicadores:

Margem Financeira: em 2023 alcançou-se o montante de MT 70.701.645 o que representa um aumento de cerca de 10% versus 2022. Este aumento resulta sobretudo ao crescimento da carteira de crédito, que (em termos líquidos) cresceu cerca de 17,4%.

Rendimentos Operacionais: observou-se um aumento dos Rendimentos Operacionais, excluindo imparidade de crédito, de cerca de MT 12.593.569 (+15%), permitindo alcançar o montante mais

elevado na história do Futuro. Este aumento foi sobretudo alavancado no crescimento da Margem Financeira e dos Rendimentos de Serviços e Comissões, que por sua vez resultaram do aumento da carteira de crédito e volume de negócios do Futuro, bem como da revisão do preçário de comissões.

Resultado líquido do exercício: apesar da redução de cerca de MT -6.805.827 (-58%) observada face a 2022, os indicadores operacionais do negócio demonstram um crescimento sustentável, conforme detalhado acima. A redução do resultado líquido do exercício é sobretudo justificada pelo aumento de MT 7.551.855 (+210%) no custo com imparidade líquida de crédito contabilizada em 2023. Este aumento, por sua vez, deriva do efeito extraordinário da reavaliação dos critérios de quantificação da imparidade de crédito, levada a cabo pelo Futuro em 2023, na sequência das melhores práticas recomendadas pelo Banco de Moçambique durante o ano. Deste modo, excluindo este efeito extraordinário de 2023, seria observado um aumento do resultado líquido do exercício, em linha com o previsto no Plano Estratégico.

Activos Totais: o crescimento de cerca de 47% face ao ano de 2022 reflecte sobretudo o crescimento de cerca de MT 29.239.046 (+17,4%) na rubrica de Crédito a Clientes e o crescimento acentuado de MT 54.400.000 observado rubrica de Aplicações em Instituições de Crédito. Este crescimento do Activo foi sobretudo financiado pelo empréstimo concedido pelo IFAD - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola no montante de MT 107.525.000.

Capitais Próprios: o crescimento de MT 5.053.004 resulta do Resultado líquido do exercício de 2023. De salientar que, por via da respectiva proposta de aplicação do resultado de 2023, e dos resultados previstos no Plano Estratégico para os próximos anos, a Administração espera poder alcançar uma situação de Resultados Transitados positivos até 2027, que possibilitará a distribuição de dividendos aos accionistas a partir de 2028, em conformidade com os Artigos 88 e 89 do Código Comercial.

Rácio de Solvabilidade: o rácio global de solvabilidade apurado em 2023 é de 54,69% (versus 56,04% em 2022), mantendo-se assim muito acima do limite de 12% definido pelo Banco de Moçambique no Aviso nº 9 GBM de 2017. Este indicador revela a solidez do Futuro em termos de

solvabilidade, reflexo da preocupação do Conselho de Administrador com a estabilidade e sustentabilidade do negócio, bem como com o cumprimento de todos os limites prudenciais definidos pelo Banco Central.

De salientar que os indicadores positivos alcançados durante o ano de 2023 foram parcialmente condicionados pelo aumento das Reservas Mínimas Obrigatórias, que implicou que o montante de liquidez disponível em Caixa e em Disponibilidades no Banco Central tenha alcançado um máximo histórico para o Futuro de cerca de MT 16.320.358, correspondente a cerca de 5% do total do Activo, sendo este um montante de liquidez não investida e sem rentabilidade para o Futuro, em cumprimento com as medidas comunicadas pelo Banco de Moçambique em 2023.

Como parte do compromisso do Futuro Mcb em prestar uma oferta de serviços que suporte os objectivos de inclusão financeira no Norte de Moçambique, destacamos o início, em 2023, do planeamento da abertura de uma nova filial em Namialo, estando a respectiva inauguração prevista para o segundo trimestre de 2024.

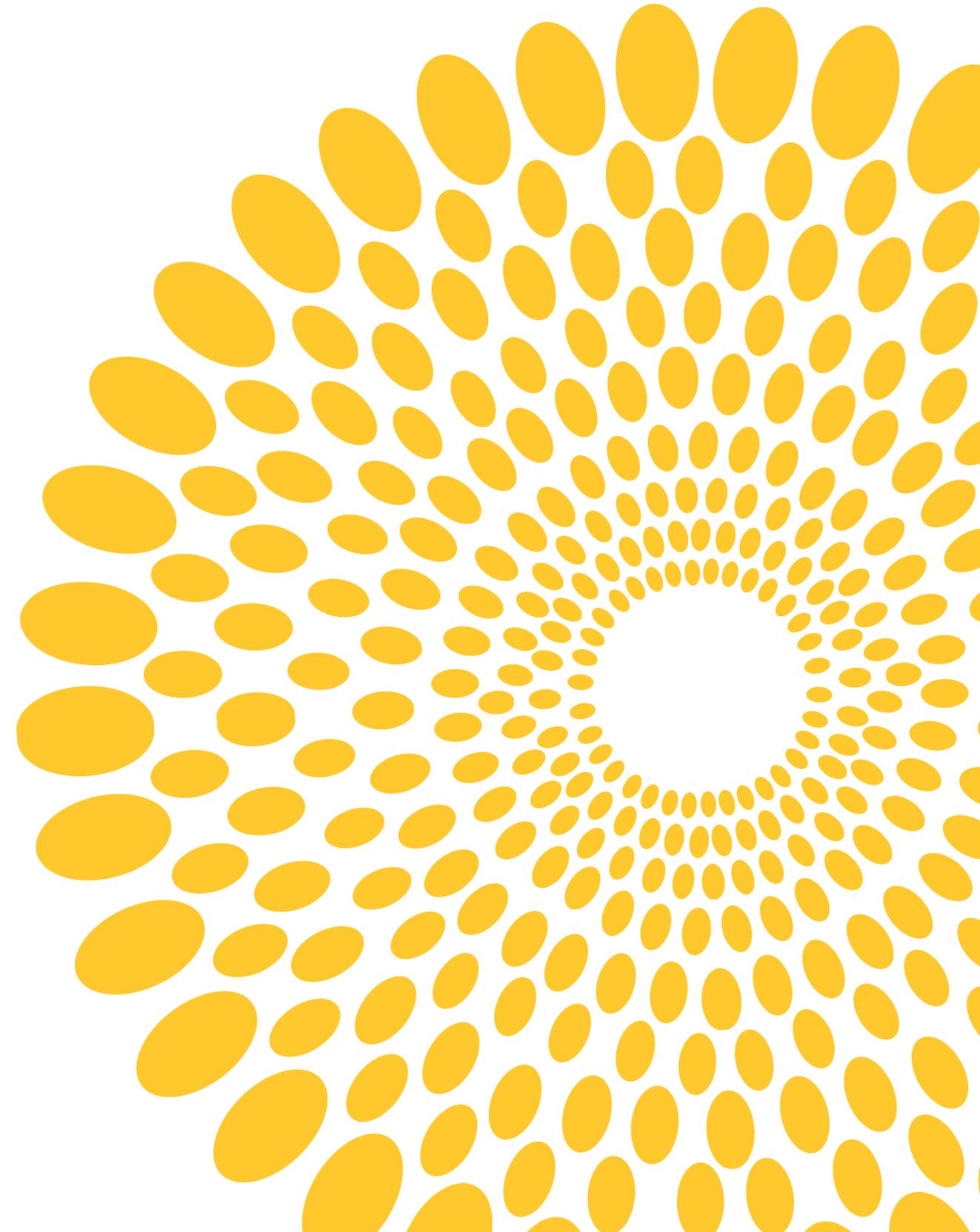
O ano de 2023 foi também um ano onde o Futuro reforçou o seu foco na inclusão financeira no Norte do país, tendo iniciado um trabalho em conjunto com uma agência de classificação global (MFR), devidamente credenciada pelo *Cerise-SPTF* para realizar a certificação de empresas na área de proteção ao cliente. O objectivo desta parceria consiste em determinar a classificação Socio-Ambiental do Futuro e, com base na mesma, atribuir um Certificado de Proteção ao Cliente. A classificação Socio-Ambiental permite formar uma opinião sobre a capacidade de uma Instituição Financeira colocar em prática a sua missão e atingir o seu objetivo social e ambiental, através de uma avaliação independente do seu desempenho social e ambiental tendo o Futuro já iniciado o processo de avaliação, com a expectativa de conclusão durante o ano de 2024.

O reconhecimento, por meio de certificações internacionais, é um motivo de grande orgulho e reforça o valor da nossa marca, permitindo fortalecer o nosso compromisso contínuo de oferecer serviços de inclusão financeira de excelência. Como tal, a Gestão definiu internamente o objectivo de obter a acreditação em 2024 (com classificação de Prata ou Ouro).

No âmbito do nosso foco nas nossas Pessoas, mantemos o nosso empenho em desenvolver o talento dos nossos colaboradores, investindo na sua aprendizagem e formação, e na melhoria dos nossos processos de recrutamento. Valorizamos a competência, a dedicação, o empenho e o profissionalismo dos nossos colaboradores, reconhecendo que estas são características fundamentais para termos uma equipa altamente qualificada, motivada e alinhada com a nossa Missão e Valores. Durante o ano de 2023, e com o apoio da *Flowgroup Moçambique*, o Futuro desenvolveu um projecto focado nos seus recursos humanos, promovendo a ligação entre a cultura e a estratégia da organização, com foco no reforço da cultura organizacional, investimento na melhoria dos processos de gestão de desempenho e na motivação da equipa comercial.

O Futuro também se empenhou em robustecer o seu ambiente de controlo interno, com o objectivo de assegurar uma estrutura e processos que permitam alicerçar um crescimento sustentado do negócio. No exercício de 2023 iniciámos o projecto de redefinição de um *Risk Appetite Framework* que irá suportar todos o processo de identificação de riscos, tolerância e governação de riscos, e monitorização e reporte, assegurando a sua respectiva documentação para efeitos de Reporte Prudencial, e em conformidade com os requisitos regulamentares do Banco Central. No âmbito deste projecto (que contou com o apoio da *AFS – Advanced Financial Solutions*) foi também reavaliado o processo de *ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process* sendo este o processo que permite que o Futuro avalie a sua adequação de capital, exigindo que as técnicas adequadas de gestão de risco estejam em vigor.

Por fim, e em nome de todos os membros do Conselho de Administração, gostaríamos de expressar a nossa profunda gratidão aos accionistas pelo apoio à Missão do Futuro, aos nossos colaboradores pela dedicação demonstrada na prossecução dos objectivos, de acordo com os nossos Valores, e aos nossos estimados clientes e parceiros institucionais, pela confiança em nós depositada.



02.

Enquadramento
da actividade



2. Enquadramento da actividade

2.1. Principais Indicadores Financeiros

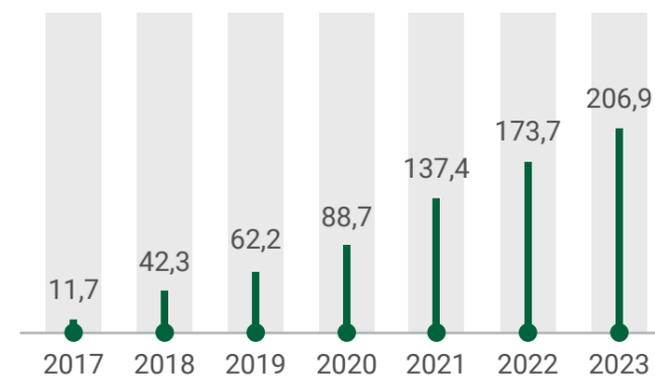
Em 2022 o Futuro beneficiou de recursos provenientes do empréstimo acionista concedido pela Hollard Moçambique, no valor de MT 45,0 milhões, e o apoio financeiro da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, no valor de MT 16,8 milhões, que foram suficientes para suportar o crescimento da carteira de empréstimos e garantir altos níveis de liquidez.

Em 2023, alicerçado nos financiamentos obtidos durante o ano de 2023, o Futuro registou um crescimento sustentado da exposição bruta da carteira de crédito a clientes em 19%, perfazendo um crescimento de MT 33,2 milhões, atingindo um total de MT 206,9 milhões de crédito a clientes, fruto da implementação do plano estratégico e do suporte financeiro dos acionistas e apoiadores.

A captação de depósitos aumentou 18% em 2023 face aos MT 26,7 milhões registados em 2022, devido ao aumento dos depósitos voluntários, totalizando MT 31,5 milhões composta pelos Depósitos à Ordem e Fundos de Garantia depositados pelos clientes da Carteira de Crédito.

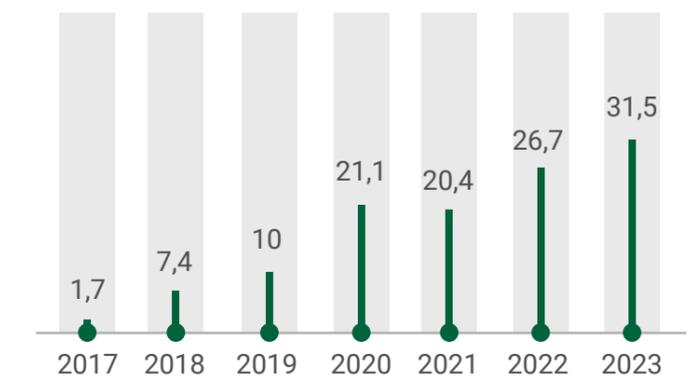
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

(exposição bruta) (MT milhões)



EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE DEPÓSITOS

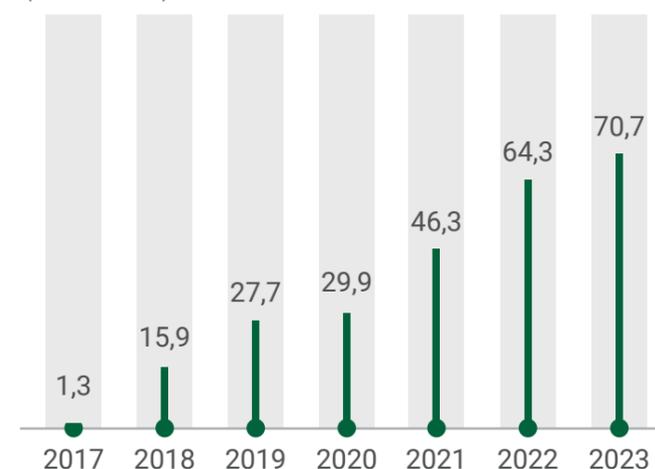
(MT milhões)



A margem de intermediação financeira também registou um aumento sustentado no exercício de 10%, ao passar de MT 64,3 milhões em 2022 para MT 70,7 milhões em 2023.

EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(MT milhões)



EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

(MT milhões)



Assim, o presente exercício foi marcado pela concretização do equilíbrio do Futuro ao alcançar um resultado positivo de MT 5,0 milhões, o que representa o terceiro ano consecutivo com Resultados positivos. Este ano foi também o primeiro ano em que o Futuro apresentou Resultado Fiscal positivo não coberto por prejuízos fiscais acumulados, motivo pelo qual se observa um custo com imposto do exercício de cerca de MT 4,0 milhões.

2.2. Introdução da conjuntura operacional

O Futuro Mcb, S.A. é uma instituição de micro finanças estabelecida em 2017, em Nampula, para atender à procura por inclusão financeira dos grupos vulneráveis e de baixo rendimento (especialmente mulheres microempresárias) no Norte de Moçambique. O Futuro tem vindo a expandir a estratégia para incluir o apoio às pequenas e médias empresas (PMEs), continuando a servir indivíduos e grupos de baixo rendimento, em linha com o compromisso assumido para com a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique e com a Agenda 2030 da ONU para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Futuro beneficia do apoio do governo suíço (através do seu accionista maioritário - Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação), no âmbito da sua colaboração com o Governo de Moçambique e com o Banco de Moçambique, sustentando os esforços nacionais de construção de um sistema financeiro mais inclusivo, nas áreas rurais e urbanas nas quais a percentagem da população sem acesso aos serviços bancários se mantém elevada.

A Hollard Moçambique - Companhia de Seguros S.A. (e os restantes acionistas do Futuro), estabeleceram uma parceria que adicionou valor às operações do Futuro por meio de conceitos inovadores. Por meio desta parceria, o Futuro disponibiliza aos seus clientes os produtos de seguros da Hollard Moçambique, o que permite ao Futuro apoiar uma ampla gama de necessidades financeiras dentro das comunidades que atende, reforçando assim o seu compromisso de promover uma transformação económica positiva em Moçambique.

Em Outubro de 2022, o Conselho de Administração do Futuro realizou uma reunião para definir um plano para os próximos cinco anos (2023-2027) para guiar o Futuro na próxima fase de expansão e crescimento do negócio. Os seis pilares estratégicos definidos são Crescimento, Rentabilidade, Marca, Governança, Pessoas e Organização, e Digitalização), e representam as dimensões-chave consideradas pelo Conselho de Administração para potenciar o crescimento e sustentabilidade do negócio até 2027.

2.3. Plano Estratégico

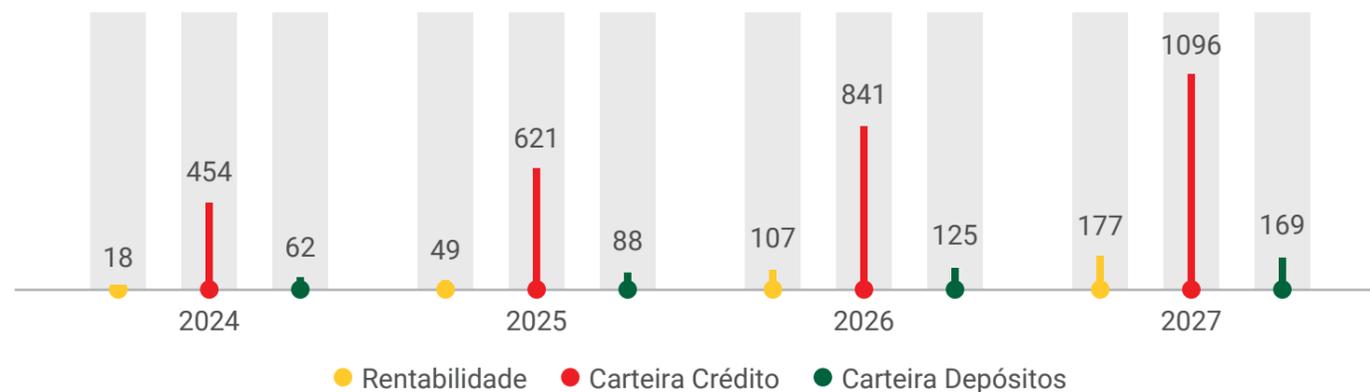
As previsões do Plano de Negócio do Futuro para os próximos 5 anos visam atender às necessidades e demandas necessárias para a expansão em conformidade com as suas projeções. O Futuro pretende atingir um total de 33.040 mutuários ativos e um volume total de carteira de empréstimos de MT 1.095 biliões, com uma taxa de crescimento anual composta projectada de cerca de 45%, mantendo uma elevada qualidade da carteira de empréstimos com PAR 30 abaixo de 5%. Em adição, o Futuro planeia iniciar uma mobilização massiva de depósitos proativos com um mercado-alvo de 44.000 depositantes voluntários até 2027.

O Futuro acredita em melhorar a eficiência e a efetividade das operações bancárias por meio de investimentos estratégicos na capacidade técnica dos funcionários, a fim de atingir os seus objetivos futuros. O Futuro tem como objetivo implementar tecnologias financeiras digitais inovadoras nos produtos e serviços oferecidos por meio de sua estratégia de distribuição. Esses esforços permitirão ao Futuro manter sua posição como líder na comunidade financeira Moçambicana e continuar a entregar uma proposta de valor aos seus clientes.

Durante o ano de 2024, e de acordo com os procedimentos em vigor no Futuro, o Plano Estratégico definido até 2027 será alvo de revisão anual pelo Conselho de Administração.

PROJEÇÕES BUSINESS PLAN

(MT milhões)



2.4. Parcerias Estratégicas

À medida que o Futuro embarca numa expansão ambiciosa no Norte de Moçambique, as parcerias estratégicas são cruciais por forma a permitir a adaptação da estrutura e políticas para escalabilidade do negócio, o desenvolvimento de uma gestão de risco robusta, a melhoria do recrutamento e do desenvolvimento do pessoal e a implementação de soluções digitais eficazes.

Neste âmbito, com vista a apoiar o Futuro na transferência de conhecimentos e competências de consultores e especialistas externos (necessários para a formação e capacitação dos seus recursos internos), torna-se essencial para o Futuro continuar a contar com o apoio do seu accionista maioritário (Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação - SDC). Durante o 4º trimestre de 2023 a SDC demonstrou a intenção de manter o seu apoio ao Futuro, por via de um donativo no montante de USD 270.000, destinado a Assistência Técnica para desenvolvimento organizacional e dos recursos humanos do Futuro.

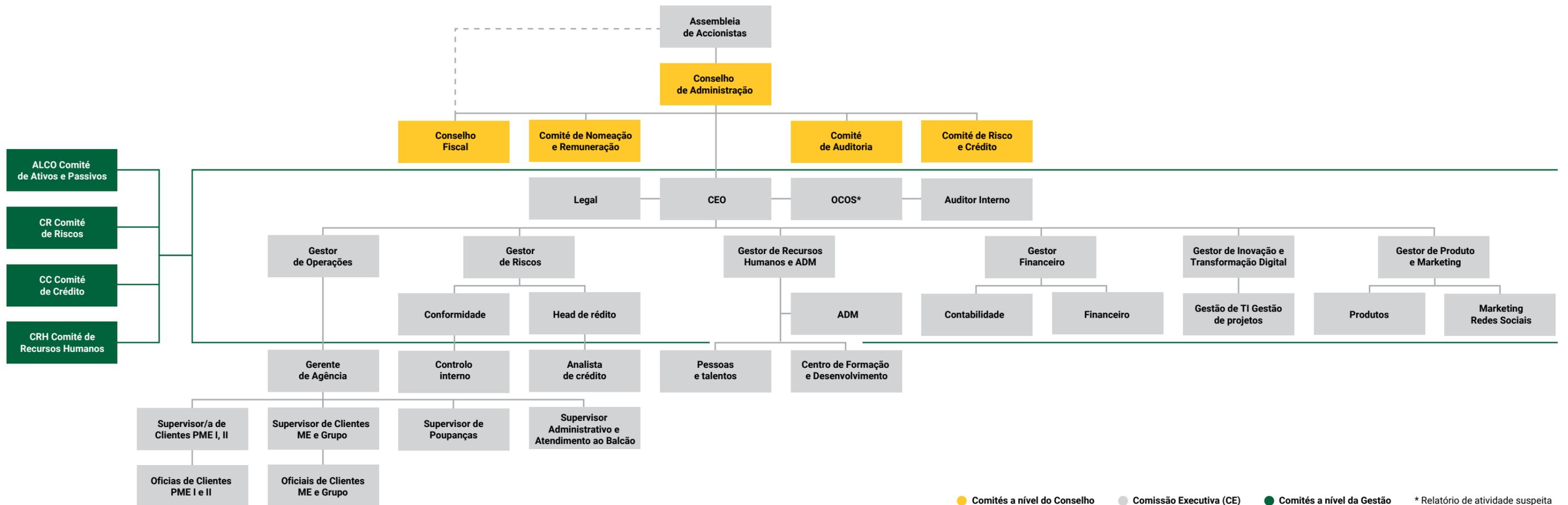
Em parceria com a SDC, encontra-se actualmente em curso a formalização de um novo Acordo de Assistência Técnica para o período de 2024-2027, que visa assegurar os requisitos necessários para alcançar o sucesso do Plano Estratégico do Futuro, e que se foca nas seguintes vertentes:

- **Desenvolvimento Organizacional:** tem como foco o refinamento da estrutura organizacional e a actualização de políticas para aumentar a escalabilidade e a eficiência, alinhando-se aos objetivos de expansão do Futuro.
- **Desenvolvimento de Recursos Humanos:** visa fortalecer a força de trabalho por meio de programas aprimorados de recrutamento, avaliação de desempenho e desenvolvimento, garantindo a capacidade da equipa para impulsionar o crescimento e manter a excelência do negócio.
- **Formação e Capacitação:** iniciativas estratégicas para actualizar as competências da força de trabalho e da liderança, essencial para gerir a expansão, melhorar as capacidades digitais e garantir o crescimento sustentável no sector financeiro em evolução de Moçambique.
- **Transformação Digital:** serve como uma iniciativa fundamental para modernizar os serviços bancários através da digitalização, melhorando assim a experiência do cliente e a eficiência operacional.
- **Expansão do Alcance do Cliente:** centra-se na alavancagem de campanhas de poupança direccionadas e programas de literacia financeira para aprofundar as relações com os clientes e alargar a presença no mercado, com especial ênfase nas regiões rurais e agrícolas.
- **Marca Futuro:** visa melhorar a visibilidade e reputação da marca através de esforços estratégicos de marketing e uma forte presença nas redes sociais.
- **Assessoria Jurídica e Governança:** garante a adesão à conformidade e à governança por meio de análises jurídicas completas e actualizações de políticas, em alinhamento com a expansão e as estratégias operacionais do Futuro.
- **Captação de recursos e relações com investidores:** fortalece a base financeira e aumenta a transparência com as partes interessadas, apoiando as iniciativas estratégicas e aspirações de crescimento do Futuro.

- **Aquisição de Investidores:** envolve-se na atração de novos investidores através da criação de um modelo de negócios e rentabilidade atraente.

2.5. Estrutura Organizativa

O modelo de governo do Futuro está definido nos seus estatutos, cumprindo com os requisitos da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovada pela Lei nº 20/2020, de 31 de Dezembro. A estrutura organizacional é composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, e pelo Fiscal Único. Adicionalmente, integra o modelo de governo o Comité de Auditoria e Risco, o Comité de Remuneração, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), o Comité de Gestão de Risco Operacional, o Comité de Gestão Crédito e o Comité de Gestão de Recursos Humanos.



● Comitês a nível do Conselho ● Comissão Executiva (CE) ● Comitês a nível da Gestão * Relatório de atividade suspeita

Esta estrutura transparente de governo do Futuro permite uma distinção clara das funções entre o Conselho de Administração e os diversos Comitês de Gestão. As funções do Conselho de Administração concentram-se na definição das políticas do Futuro e no estabelecimento de uma supervisão rigorosa e independente dos Comitês de Gestão, a fim de garantir que as decisões tomadas estejam sob controle. Por outro lado, os Comitês de Gestão são responsáveis pela gestão das actividades operacionais diárias do negócio.

A auditoria interna reporta directamente aos Oficiais de Comunicação de Operações Suspeitas (OCOS) e ao Comité de Auditoria e Risco. O departamento de Auditoria Interna é dotado dos recursos suficientes e recebe formação adequada. Os auditores têm poder e autoridade suficientes para poder levar a cabo as suas tarefas e obrigações. As funções, poderes e responsabilidades da Auditoria Interna estão documentadas no regulamento de Auditoria Interna tendo sido comunicadas e publicadas internamente, no Futuro.

O Futuro mantém boas relações com as autoridades reguladoras e fiscalizadoras da atividade bancária, a fim de garantir o cumprimento integral dos requisitos necessários.

A composição dos Órgãos Sociais, e dos principais Comitês, do Futuro pode ser resumida de acordo com o detalhe abaixo:

Assembleia Geral

1. Conselho de Administração

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Pierre Alexandre Strauss	Presidente do Conselho de Administração	6
Mirko Manzoni	Administrador Independente	6
Bruna Michael Dias Gomes Quintas	Administradora	4

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Israel Muchena	Administrador	4
Norbert Jacques Emile Fuchs	Administrador	3
Dr. Klaus Maurer	Administrador	3
Ilaria Dali-Bernasconi	Administradora	0

2. Comissão Executiva

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	6
Vuruca Adamuge Massate	Director Operacional	5
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Analista Sénior / OCOS	3
Ali Shaukat Abdulla	Gerente Financeiro	1
Vinicius Lucchesi Reis	Gerente de Recursos Humanos	1

3. Fiscal Único

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Ismael Abdurrazac Faquir	Fiscal Único	1

4. Comitês do Conselho de Administração

4.1. Comité de Auditoria

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Mirko Manzoni	Presidente	6
Klaus Maurer	Membro Permanente	3
Israel Muchena	Membro Permanente	4

4.2. Comité de Nomeação e Remuneração

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Norbert Jacques Emile Fuchs	Presidente	3
Ilaria Dali-Bernasconi	Membro Permanente	0
Bruna Michael Dias Gomes Quintas	Membro Permanente	4

4.3. Comité de Crédito e Risco

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Klaus Maurer	Presidente	6
Norbert Jacques Emile Fuchs	Membro Permanente	3
Israel Muchena	Membro Permanente	4

5. Comitês da Comissão Executiva

5.1. ALCO - Comité de Activos e Passivos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	6
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Analista Sénior / OCOS	6
Ali Shaukat Abdulla	Gerente Financeiro	1

5.2. CRH - Comité de Recursos Humanos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	6
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Analista Sénior / OCOS	6
Vinicius Lucchesi Reis	Gerente de Recursos Humanos	1

5.3. Comité de Riscos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	6
Vuruca Adamuge Massate	Director Operacional	5
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Analista Sénior / OCOS	5
Ali Shaukat Abdulla	Gerente Financeiro	1
Vinicius Lucchesi Reis	Gerente de Recursos Humanos	1

2.6. Estrutura accionista

O capital social do Futuro é de MT 107.800.000, o qual é constituído por 154 acções de valor nominal de MT 700.000 cada. Encontra-se integralmente subscrito e realizado. A estrutura accionista em 31 de Dezembro de 2023 apresenta-se como se segue:

ACCIONISTAS	Nº DE ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL
Agência de Cooperação Suíça em Moçambique	98	63,64%
Hollard Moçambique Companhia de Sguros	54	35,06%
Futuro Mcb, S.A.	1	0,70%
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,70%
Total	154	100%

2.7. Propósito, Visão, Missão e Valores

O Propósito do Futuro consiste em permitir uma transformação económica positiva para indivíduos e empreendedores em crescimento em Moçambique. Os principais clientes dos serviços do Futuro são indivíduos empreendedores e PME's – Pequenas e Médias Empresas, que impulsionam o mercado local numa economia que ainda se mantém predominantemente informal. O Futuro fornece acesso a serviços e produtos financeiros exigidos por empresas em crescimento se desenvolvam de forma sustentável e conduzam à transformação económica.

A Visão do Futuro é ser uma Instituição líder de microfinanças em Moçambique. Para alcançar esta Visão, o Futuro tem como Missão fornecer uma variedade de soluções financeiras de forma inclusiva, simples, responsável e sustentável.

O Futuro prioriza a simplicidade na abordagem aos serviços financeiros, oferecendo produtos acessíveis e fáceis de entender para indivíduos e empreendedores. Esta abordagem é adaptada às necessidades da população e do mercado local, procurando ajudar a provocar mudanças positivas na inclusão financeira, fornecer produtos e serviços financeiros aos seus clientes, com um foco particular na população sem conta bancária em Moçambique.

O Futuro procura manter os mais elevados padrões de conduta ética, baseados em valores partilhados, com um código de conduta que trata todos os clientes e colaboradores com cuidado, dignidade e respeito. Os seus serviços são disponibilizados de forma permanente e sustentável por forma a ter um impacto positivo e duradouro na vida, e na transformação da realidade económica, dos seus clientes.

O nosso modelo de negócios assenta assim em valores como a inclusão, simplicidade, responsabilidade e sustentabilidade, em linha com os princípios dos nossos accionistas (Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação e a Hollard Moçambique), que apostam em iniciativas para um sector financeiro mais inclusivo.

2.8. Ética e Cultura organizacionais

O código de ética e boa conduta do Futuro foi elaborado com vista a orientar os colaboradores e facilitar a gestão na tomada de decisão.

O código do Futuro é composto por: valores éticos, responsabilidade pessoal, conflito de interesses, protecção de dados, relação laboral, política contra branqueamento de capitais, responsabilidade social e ambiental.

2.9. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

O Futuro mantém-se empenhado em apoiar a Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique. Alinhado com a Estratégia de Sustentabilidade, e potencializando o compromisso em gerar valor aos seus stakeholders, o Futuro prioriza 8 ODS's, que reforçam o comprometimento em alinhar os negócios à agenda 2030, acompanhando o impacto e a contribuição para as metas da sociedade e o seu progresso na implementação dos Princípios de Responsabilidade Bancária.



2.10. Capital Humano

Para conseguir alcançar os objectivos de médio e longo prazos o Futuro conta com uma cultura organizacional pautada na ética, transparência e respeito às pessoas e uma forte política de formação dos colaboradores no sentido de formar e reter pessoal qualificado e talentoso. O Futuro procura ser uma Instituição desejada por profissionais de alta performance para exercem as suas funções profissionais, viverem o seu presente profissional e construir o seu futuro.

A 31 de Dezembro de 2023 o Futuro conta com uma equipa de 85 colaboradores (versus 85 colaboradores em 2022) e tem uma estrutura interna aberta e acessível para promover as interações necessárias entre as diversas equipas e os diversos níveis de gestão. O Futuro promove as competências essenciais e transformadoras dos colaboradores com o objetivo de tornar viável a sua estratégia de negócios. Durante o ano 2023 o Futuro promoveu acções de formação para os seus colaboradores, sendo que cada colaborador participou num mínimo de 2 acções de formação durante o ano. De salientar ainda o foco do Futuro na igualdade e inclusão de género, sendo que cerca de 50% dos recursos correspondem a colaboradores do género masculino, e 50% corresponde a colaboradoras do género feminino.

2.11. Estratégia de Produtos e Definição de Preços

O microcrédito é a principal actividade operacional do Futuro e pode ser descrita como uma abordagem clássica de micro finanças.

Os produtos e serviços oferecidos pelo Futuro foram desenhados com um objectivo duplo: por um lado, o Futuro serve o segmento inferior do mercado e a sua missão é permitir o acesso deste grupo a serviços financeiros personalizados e acessíveis em termos de custos. Por outro lado, o Futuro atinge a sustentabilidade do seu modelo de negócio através de uma carteira de produtos orientada para o lucro.

É assim fundamental para a estratégia de produtos e definição de preços que se permita um alto grau de flexibilidade, por forma a que a gestão possa ajustar os produtos e o seu preço de acordo com os resultados financeiros, com as condições do mercado e dos clientes e em conformidade com os requisitos do Banco de Moçambique.

Deste modo, o preçário em vigor no Futuro é definido pela CAP. A CAP tem em consideração diversos factores para definição do preçário, nomeadamente: a observância dos regulamentos, a necessidade de o Futuro combinar passivos e activos sensíveis às taxas de juro, o custo dos fundos,

o risco cambial (em caso de um financiamento em moeda estrangeira), os indicadores de rentabilidade dos activos, o factor de risco de um empréstimo e o custo de conceder um empréstimo.

2.11.1 Produtos de Crédito

A oferta de produtos de microcrédito do Futuro encontra-se segmentado em três principais segmentos: o segmento Micro-Empreendedor e de Grupo, o segmento de PME's – Pequenos e Médios Empresários e o segmento de Agronegócio.

- Segmento Micro-Empreendedor e de Grupo: empréstimos concedidos com o objectivo de financiar o fundo de maneo de negócios comerciais, de serviços e agrícolas a micro-empreendedores de forma individual, ou em grupo. Numa fase inicial os empréstimos concedidos pelo Futuro a este segmento tendem a variar entre MT 10.000 e MT 50.000, sendo garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso de um indivíduo ou Grupo de indivíduos.
- Segmento PME's: empréstimos concedidos com o objectivo de financiar o fundo de maneo de negócios comerciais, industriais, de serviços e agrícolas a empresas de pequena e média dimensão. Estes empréstimos aos pequenos e médios empresários foram introduzidos no Futuro durante o ano de 2019, sendo que o montante dos empréstimos concedidos neste segmento varia geralmente entre MT 50.000 e MT 300.000 (para pequenos empresários) e entre MT 300.001 e MT 3.000.000 (para médios empresários). Existe ainda a modalidade de empréstimo para investimento, com o objectivo de financiamento para aquisição de activos destinados à produção de bens, cujos montantes desembolsados podem variar entre MT 100.000 e MT 5.000.000.
- Segmento Agronegócio: empréstimos concedidos com o objectivo de financiar a produção e a comercialização de negócios agrícolas. Numa fase inicial os empréstimos concedidos pelo Futuro a este segmento tendem a variar entre MT 50.000 e MT 1.000.000, sendo garantidos por colaterais correspondentes a garantias reais (i.e. activos físicos).

2.12. Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito

2.12.1 Monitorização de créditos sem mora

Os créditos sem mora são acompanhados exclusivamente pelos Oficiais de Clientes responsáveis. O Futuro visa manter um contacto próximo com os seus clientes através de visitas regulares ao terreno por forma a assegurar uma monitorização regular das operações em carteira.

As visitas iniciais de acompanhamento têm lugar entre 1 a 2 semanas após o desembolso inicial da operação, com o propósito de verificar se o empréstimo concedido pelo Futuro está efectivamente a ser utilizado pelos clientes para os fins acordados contratualmente. A segunda visita de acompanhamento ocorre geralmente a meio da maturidade das operações de crédito concedidas, sendo que a terceira visita de acompanhamento é geralmente realizada durante as últimas semanas da operação, por forma a confirmar as condições para o reembolso final, e / ou para se preparar a modalidade de operação de crédito seguinte (em caso de bom pagamento).

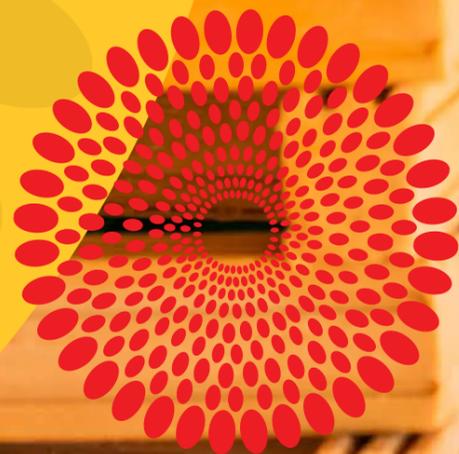
2.11.2 Monitorização de créditos com mora

A Comissão de Recuperação de Crédito (CRC) é responsável pela gestão dos créditos em mora do Futuro, e apoia o Oficial de Clientes no acompanhamento dos pagamentos em mora. De acordo com critérios específicos, esta Comissão pode ser constituída pela gestão (a nível da sede e das agências), pelo Director de Operações e pelos Oficiais de Clientes. Os membros dependem do produto, dos valores dos empréstimos não pagos e do número de dias de atraso de um empréstimo.

03.



Enquadramento da Gestão de Risco



3. Enquadramento da Gestão de Risco

3.1. Sistema de Gestão de Risco

3.1.1 Política de Gestão de Risco

O conteúdo das políticas e procedimentos do Futuro serve como um mecanismo de defesa primário contra quaisquer riscos a que o Futuro esteja exposto e que podem levar a perdas financeiras ou de reputação.

Além da política de gestão de risco, o Conselho de Administração instaura procedimentos para responder de forma eficiente aos riscos subjacentes às diversas actividades em que actua. O objectivo é conseguir uma melhor resposta ao risco, alinhada de acordo com uma avaliação objectiva dos riscos.

São assim estabelecidas estruturas de controlo interno para garantir que são tomadas medidas preventivas e corretivas adequada, visando assegurar que um risco individual não “ultrapassa” o nível de risco aceitável.

3.1.2 Análise de Risco

As questões de risco são geridas de forma consistente em toda a organização e as interações dos vários riscos, bem como os impactos associados, devem ser entendidos e considerados quando forem tomadas decisões estratégicas e táticas.

Todos os riscos são avaliados qualitativamente numa base recorrente e, quando adequado, a avaliação realizada inclui uma análise quantitativa.

Os colaboradores afectos à avaliação de risco, por exemplo, o gestor de riscos, a Auditoria Interna ou o controlo operacional, trabalham com a equipa operacional para identificar os riscos, de modo que a avaliação dos riscos por parte do Conselho de Administração ocorra numa base objectiva.

Os principais tipos de risco monitorizados e acompanhados pelo Futuro são os seguintes:

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito surge sempre que o Futuro está exposto a perdas por parte de um devedor, fiador ou contraparte que não consegue honrar as suas obrigações contratuais de dívida, conforme acordado e em tempo útil. O Futuro tem em conta o risco de que um mutuário seja incapaz ou não queira cumprir uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

- **Risco de Concentração (de Crédito)**

É um risco que deriva quer de uma concentração de empréstimos que estão sujeitos a factores de risco comuns, quer de uma concentração significativa de grandes exposições.

- **Risco Interbancário**

É o risco de que um Banco / uma Instituição Financeira à qual o Futuro está exposto (por exemplo, um empréstimo, garantia, depósito) entre em incumprimento, o que significa que é incapaz de cumprir com uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

Este tipo de risco também pode ser criado por um declínio no rating de crédito de um Banco / de uma Instituição Financeira ao qual o Futuro se encontre exposto.

- **Risco do Mercado**

O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos

diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos do Futuro, quer por via das pessoas ou dos sistemas, incluindo também as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

- **Risco Cambial**

O risco cambial pode ser definido como o risco no qual os activos dos Futuro são negativamente afetados pelas variações cambiais (uma vez que as taxas de câmbio estão em constante mudança). Não obstante a reduzida exposição cambial inerente ao Modelo de Negócio do Futuro, as flutuações cambiais podem ter um impacto nos resultados, tanto positiva como negativamente. Para o controlo deste risco foram definidos pelo Banco de Moçambique limites (Posição Global não deve ser superior a 20% dos Fundos Próprios e a Posição por Moeda não deve ser superior a 10%)., os quais são monitorizados e respeitados pelo Futuro.

- **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Futuro cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

- **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para o Futuro resultantes de movimentos adversos de taxas de juro do mercado (por via de uma redução de resultados e/ou por via de uma redução do valor dos activos).

A relação entre os resultados e as taxas de juro surge dos desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas de juro

das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, e/ou da existência de opções embutidas nas posições de activos, passivos e extrapatrimoniais.

O Futuro adoptou integralmente as políticas de gestão de risco previstas e estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Neste âmbito, destacamos que a mensuração e reconhecimentos dos riscos é assegurada sobretudo através da Comissão de Activos e Passivos (CAP), que é parte integrante da gestão do Futuro.

Mudanças na liquidez do mercado e/ou nas taxas de juro expõem o Futuro ao risco de perda, que pode em casos extremos ameaçar a continuidade do negócio. Como tal, é essencial que a Direcção Executiva, bem como o Conselho de Administração, compreendam a existência destes riscos na Demonstração da Posição Financeira e assegurem que a estrutura do negócio do Futuro (bem como o nível de risco assumido) é gerida de forma efectiva.

Encontram-se assim estabelecidos procedimentos e políticas apropriados para monitorizar e mitigar os riscos identificados acima, estando também assegurados os recursos internos necessários para capacitar para a avaliação e o controlo dos mesmos.

04.



Enquadramento Macroeconómico



4. Enquadramento Macroeconómico

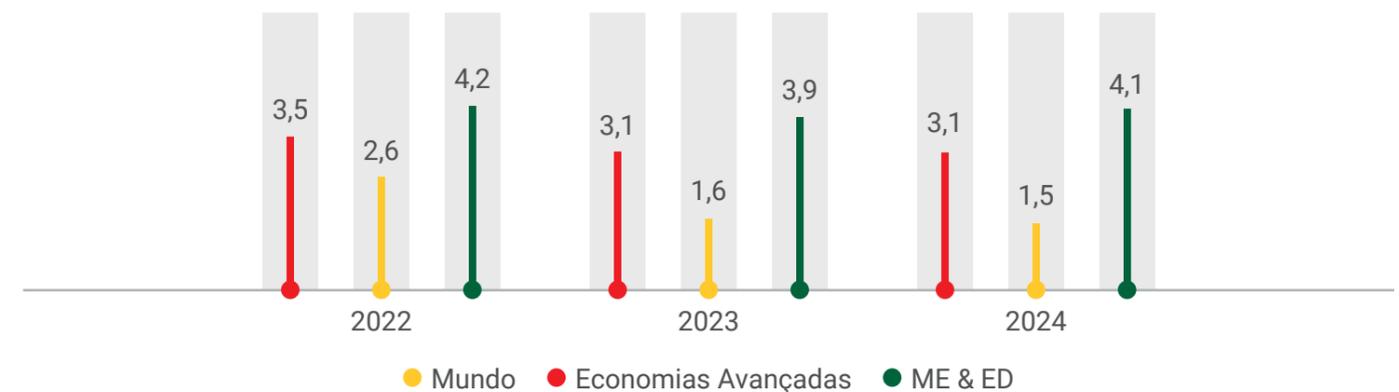
4.1. Economia Global

O ano de 2023 foi marcado por um conjunto de eventos que criaram uma conjuntura global desafiante e incerta. A cadência de actividade económica registou um abrandamento, muito em resultado da prevalência dos impactos decorrentes do conflito Rússia-Ucrânia e das tensões geopolíticas resultantes dos conflitos no Médio Oriente. Estes eventos têm gerado perturbações nas cadeias de abastecimento, que por sua vez geram maior volatilidade nos preços de energia e de bens alimentares. Existem ainda reflexos concretos destes eventos nas taxas de inflação (que aumentaram globalmente) e, por conseguinte, na aplicação de condições monetárias mais restritas, que levam a uma inerente redução do consumo e investimento privado. Deste modo, a procura global agregada retraiu-se devido às medidas restritivas adoptadas pelos principais Bancos Centrais (Banco Central Europeu e Reserva Federal Americana), o que resultou em níveis de crescimento económico reduzidos, principalmente nas economias mais avançadas (Zona Euro e Estados Unidos da América).

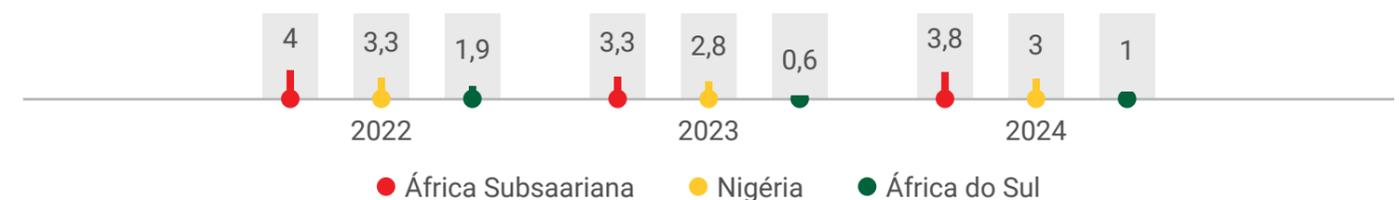
De acordo com as previsões do FMI – Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, verificamos que a economia mundial deverá crescer a um ritmo moderado em 2024, sobretudo influenciado pela restritividade financeira, pelas mudanças climáticas adversas, e pelo menor dinamismo da economia chinesa, com repercussões nos fluxos de investimento e comércio global. Nas economias mais avançadas projecta-se que a variação anual do PIB tenha atingido cerca de 1,6% em 2023 (após um crescimento de 2,6% em 2022), estando previsto um crescimento de cerca de 1,5% para 2024. Para as economias de mercados emergentes (e em Desenvolvimento), o FMI estima um crescimento de cerca de 4,1% em 2024, em linha com o observado em 2023.

Os dados do FMI para os países na África Subsaariana reflectem que o crescimento do PIB em 2023 se situa em cerca de 3,3%, o que representa uma redução de cerca de -0,7 pontos percentuais em relação a 2022. Este abrandamento no crescimento do PIB reflecte sobretudo o fraco desempenho das maiores economias da região (em particular da África do Sul e da Nigéria), que resulta sobretudo do contexto de queda dos preços das matérias-primas exportadas, e das pressões inerentes sobre o nível de dívidas externas e finanças públicas. A redução dos fluxos de financiamento e investimento associado à restritividade da política monetária, também contribuíram para o abrandamento do crescimento das economias africanas.

CRESCIMENTO DO PIB (%) - MUNDO



CRESCIMENTO DO PIB (%) - ÁFRICA



As projecções do FMI para 2024 indicam que o PIB da África Subsaariana deverá crescer cerca de 3,8% em 2024 (o que representa um aumento de +0,5 pontos percentuais face a 2023). Este aumento projectado pelo FMI é sobretudo resultante do alívio das pressões inflacionárias e da inversão do ciclo da política monetária restritiva prevista para 2024, sendo esse um efeito que deverá dar lugar a um maior dinamismo das economias na região. Não obstante, de salientar que os riscos globais se mantêm num sentido crescente, considerando, entre outros, os impactos das mudanças climáticas e o conflito no Médio Oriente (Israel-Hamas), que podem ter repercussões significativamente negativas na economia global (pressionando de forma incremental os preços das matérias-primas e / ou reduzindo os fluxos de comércio e de investimento- internacional).

4.2. Economia Nacional

O ano de 2023 foi marcado pelas decisões do Banco de Moçambique na política monetária, tendo sido comunicado um aumento das reservas mínimas obrigatórias (a constituir pelos bancos e microbancos de Moçambique para os seus passivos em moeda nacional e estrangeira) de 10,5% e 11,0%, para 39,0% e 39,5%, respectivamente. De acordo com a comunicação oficial do Banco de Moçambique esta medida visou absorver o excesso de liquidez existente no sistema bancário, que apresentava uma tendência para gerar alguma pressão inflacionária na economia.

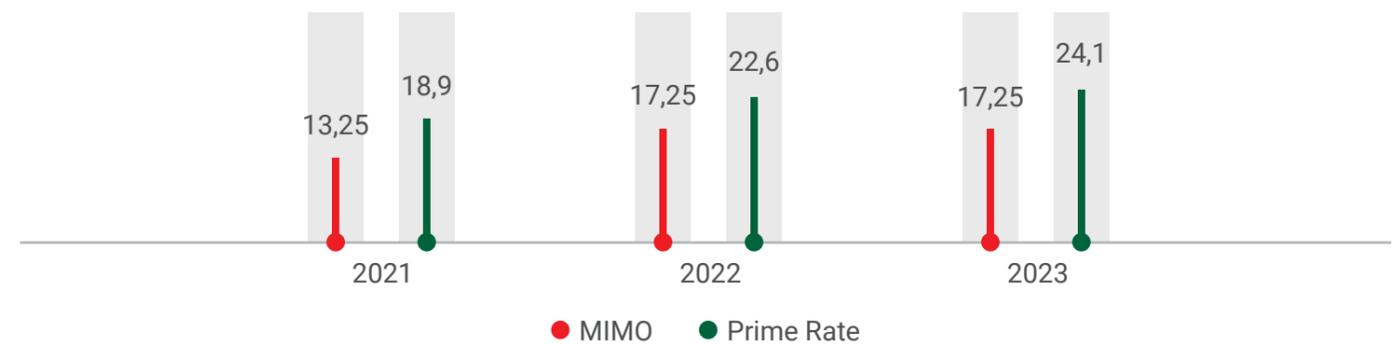
Ao nível da inflação, verificamos que após atingir 10,3% durante o ano de 2022, a inflação em Moçambique para o ano de 2023 apresenta uma tendência decrescente. De acordo com o Banco de Moçambique, estima-se que a inflação anual de 2023 se situe em cerca de 5,3%, o que reflecte a tendência de redução da inflação face ao período homólogo, e os resultados da política monetária mais restrita aplicada pelo Banco Central.

Em termos da evolução das taxas de juro, e não obstante a redução observadas nos níveis de inflação, o Banco de Moçambique adoptou em 2023 uma postura cautelosa, e alinhada com a política monetária mais restritiva. O Banco Central optou assim por manter as principais taxas directoras

sem alterações face a 2022: verificamos que a taxa MIMO se manteve em 17,25% durante o ano de 2023, sendo que a Prime Rate se mantém também em níveis elevados, a rondar os 24,10%.

No quadro social e político, destacam-se alguns eventos ocorridos durante o ano de 2023:

TAXAS DE JURO DIRECTORAS (%)



Junho de 2023: o encerramento da última base militar da Renamo (situada na Gorongosa), que concluiu assim o programa de desarmamento iniciado com a assinatura do acordo de Paz em 2019 (acordo celebrados entre os partidos da Frelimo e da Renamo);

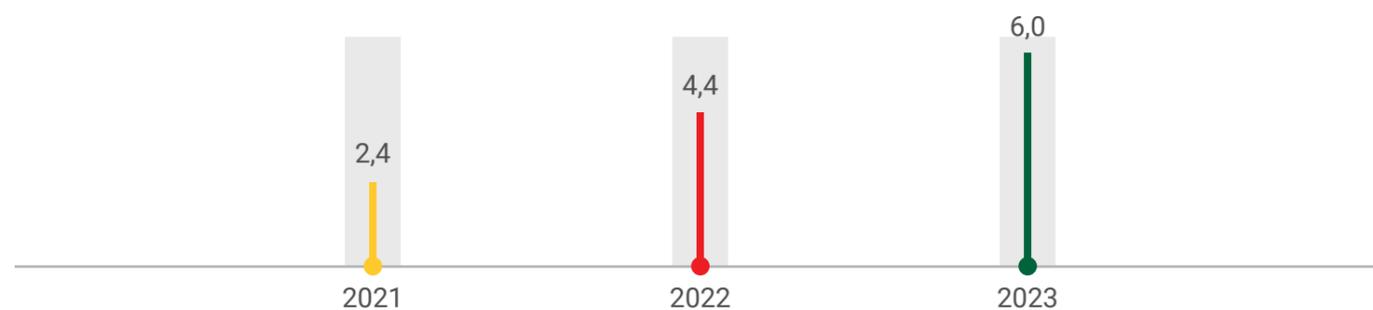
Outubro de 2023: a realização das eleições autárquicas em Moçambique. Apesar de marcadas por alguns episódios de contestação pelos partidos de oposição e pela sociedade civil, foi comunicada a vitória do Partido Frelimo em 60 das 65 autarquias nacionais;

O ano de 2023 foi ainda marcado pela potencial melhoria da situação de Segurança em Cabo Delgado, tendo-se registado um menor número de ataques terroristas face aos anos anteriores. Os países parceiros envolvidos no apoio e na assistência militar à Província reforçaram o seu compromisso, tendo a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique anunciado a prorrogação da sua missão por mais 12 meses (até Julho de 2024). Em adição, observou a chegada de cerca de mais 2 mil militares do exército Ruandês durante o mês de Agosto, com o objectivo de substituição do contingente que se encontrava em Cabo Delgado desde meados de 2022.

Os indícios desta potencial melhoria nas condições de segurança na Província de Cabo Delgado aparentam ser corroborados pela visita do CEO da TotalEnergies às zonas de Palma e de Afungi no início do ano de 2023. A visita realizada teve como propósito realizar uma avaliação da situação humanitária e de segurança na região. No último trimestre do ano de 2023, a TotalEnergies, e vários membros do Governo Moçambicano apontaram para um provável retomar dos trabalhos do projecto da Área 1 já no início de 2024.

Não obstante os eventos acima, verificamos que a economia Moçambicana se demonstrou como resiliente. A nível nacional, e segundo dados do FMI, o desempenho real da economia Moçambicana evidencia um crescimento do PIB em cerca de 6,0%, sendo que este crescimento se deveu, maioritariamente, ao impacto dos sectores energético, mineiro e do gás natural (sobretudo na bacia do Rovuma).

CRESCIMENTO REAL DO PIB (%) MOÇAMBIQUE



A taxa de câmbio USD / MT manteve-se estável durante todo o ano em cerca de 63,8. Por sua vez, o MT desvalorizou cerca de 3,5% contra o EUR, continuando a reflectir o comportamento do EUR / USD, e valorizou cerca de 8,6% contra o ZAR.

A nível orçamental, e após a aprovação da revisão da TSU – Tabela Salarial Única no final de 2022, as dificuldades orçamentais tornaram-se mais evidentes, com o Tesouro a registar atrasos no pagamento de salários aos funcionários públicos, no pagamento a fornecedores de bens e serviços,

e no serviço da dívida pública interna. Os atrasos verificados no pagamento de cupões e reembolso de Obrigações do Tesouro durante o 1º semestre de 2023 foram classificados como eventos de incumprimento por parte das principais agências internacionais de notação financeira, tendo consequentemente a agência S&P aplicado uma descida do rating de Moçambique para responsabilidades em moeda local de “B-/B” para “CCC+/C”.

De destacar também, durante o ano de 2023, o acordo alcançado entre Moçambique e o Grupo UBS durante o 4º Trimestre, no contexto do processo legal das “Dívidas Ocultas”. No âmbito deste processo (movido pela República contra a Privinvest e o *Credit Suisse*, pelo papel destas entidades na organização e colocação do empréstimo sindicado da ex-empresa pública ProIndicus), o *Credit Suisse* perdoou a dívida que tinha a receber de Moçambique, no âmbito deste empréstimo. Na sequência do Acordo celebrado, Moçambique pagou uma montante de cerca de USD 142 milhões a alguns dos seus credores (que incluíam alguns Bancos nacionais como o Millennium BIM, o BCI e o Moza Banco), no âmbito da garantia soberana atribuída ao empréstimo sindicado.

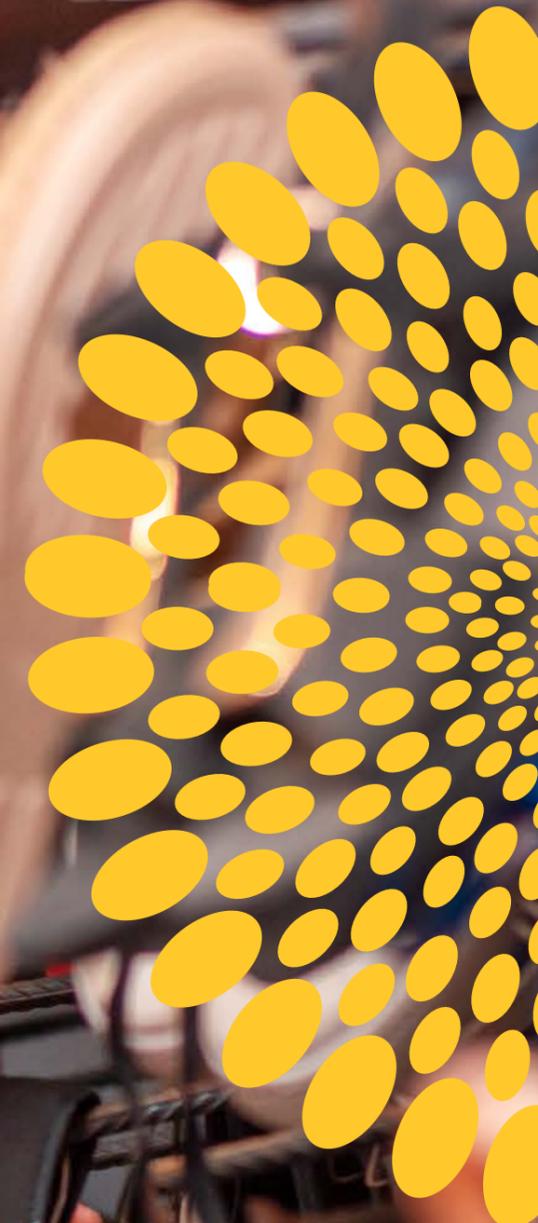
Ao longo do ano 2023, observaram-se ainda esforços contínuos pelo Governo no sentido de retirar o país da lista cinzenta do GAFI / FATF. Neste âmbito, foi criado um Comité específico, liderado pelo Primeiro-Ministro do país. A 31 de Dezembro de 2023, o Governo tinha apresentado dois relatórios de progresso ao *International Co-operation Review Group* (ICRG) do GAFI/FATF, que suportam a expectativa do Governo de saída da lista cinzenta até Outubro de 2024.

Perante a conjuntura desafiante observada em 2023, e não obstante os desafios esperados para 2024, o Conselho de Administração do Futuro Mcb considera que o modelo de negócio em vigor, e as principais áreas de negócio se apresentam como sólidas, e resilientes.

05.



Proposta
de Aplicação
de Resultados



5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, na sua reunião realizada no dia 25 de Março de 2024 deliberou, por unanimidade de votos, a aprovação sem reservas das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023, auditadas pela PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício no montante de MT 5.053.004 seja aplicado do seguinte modo:

- 30% (no montante de MT 1.515.901,2) para a conta de Reserva Legal
- 70% (no montante de MT 3.537.102,8) para a conta de Resultados Transitados

O Presidente do Conselho de Administração, em nome de todo o Conselho de Administração, agradece a todos os Clientes pela confiança depositada no Futuro, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2023 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, dedicação e tempo despendido durante este ano.

Os Administradores,

Nampula, aos 25 de Março de 2024



Pierre Alexandre Strauss
Presidente do Conselho de Administração



Eduardo António Lucchesi Reis
Administrador Delegado

06.



**Relatório
do Auditor
Independente**





6. Relatório do Auditor Independente



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Futuro, MCB, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Futuro, MCB, S.A. (o Banco) em 31 de Dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Futuro, MCB, S.A., apresentadas nas páginas 31 a 65, que compreendem:

- a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023;
- a demonstração do rendimento integral para o exercício então findo;
- a demonstração das variações em capital próprio para o exercício então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o exercício então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório de Contas 31 de Dezembro de 2023". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda
Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: mz_maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Número de matrícula: 101181995 - NUIT: 400005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN



A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Banco prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
:ados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:



AM/2014

Maputo, 28 de Março de 2024

07.



**Demonstrações
Financeiras**



7. Demonstrações Financeiras

1. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro em 2023

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	NOTAS	2023	2022
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	16 024 113	4 262 686
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	5 282 674	8 288 664
Aplicações em instituições de crédito	9	55 000 000	600 000
Empréstimos e adiantamento a clientes	10	196 882 638	167 643 592
Outros activos	11	10 764 869	7 006 175
Activos tangíveis e activo de direito de uso	12	15 861 659	16 491 402
Activos intangíveis	13	421 180	336 149
Total de activos		300 237 133	204 628 668
Passivos			
Depósitos de clientes	14	31 519 052	26 654 053
Empréstimos	15	133 937 129	48 031 159
Outros passivos	16	997 809	3 792 607
Credores e outros recursos	17	13 403 107	14 400 688
Imposto a pagar	28	3 576 872	0
Total de passivos		183 433 969	92 878 508
Capital próprio			
Capital	18	131 582 500	131 582 500
Reserva legal	19	3 557 649	-
Resultados transitados		(23 389 989)	(31 691 170)
Resultado do exercício		5 053 004	11 858 831
Total de capital próprio		116 803 164	111 750 161
Total de passivos e de capital próprio		300 237 133	204 628 668



Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 35 a 68.

2. Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2023	2022
Juros e rendimentos similares	20	83 315 022	70 913 974
Juros e encargos similares	20	(12 613 377)	(6 655 152)
Margem financeira		70 701 645	64 258 822
Rendimentos de serviços e comissões	21	10 408 437	5 352 981
Encargos com serviços e comissões	21	(3 376 924)	(2 929 003)
Serviços e comissões líquidas		7 031 514	2 423 978
Operações financeiras líquidas	22	682 809	(78 684)
Outros rendimentos operacionais	23	18 916 506	18 134 789
Rendimentos Operacionais		97 332 474	84 738 905
Imparidade líquida do exercício	24	(11 150 880)	(3 599 025)
Rendimentos Operacionais Líquidos		86 181 594	81 139 880
Gastos com pessoal	25	(47 333 280)	(39 859 036)
Outros gastos administrativos	26	(24 647 843)	(25 262 671)
Outros gastos operacionais	27	(298 935)	652 220
Depreciações e amortizações	12 e 13	(4 871 660)	(4 811 562)
Total de Custos Operacionais		(77 151 718)	(69 281 049)
Lucro antes de impostos		9 029 876	11 858 831
Imposto corrente	28	(3 976 872)	-
Total do resultado integral do exercício		5 053 004	11 858 831



Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 35 a 68.

3. Demonstração das variações em capital próprio em 31 de Dezembro de 2023

	CAPITAL SOCIAL	PREMIO DE EMISSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESERVA LEGAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 1 de Janeiro de 2022	107 800 000	23 782 500	(41 952 747)	-		
Aplicação do exercício anterior	-	-	10 261 577	-	10 261 577	99 891 330
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(10 261 577)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	107 800 000	23 782 500	(31 691 170)	-	11 858 831	11 858 831
Aplicação do exercício anterior	-	-	8 301 182	3 557 649	11 858 831	111 750 161
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(11 858 831)	-
Saldo a 31 de Dezembro 2023	107 800 000	23 782 500	(23 389 989)	3 557 649	5 053 004	5 053 004



Nazir Ismail

Técnico de contas



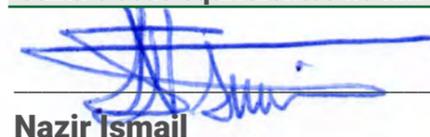
Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 35 a 68.

4. Demonstração de fluxos de caixa para o período em 31 de Dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	2023	2022
Actividades Operacionais			
Juros, comissões, trading de moeda e outros rendimentos recebidos		95 562 916	75 318 718
Juros, comissões e outros gastos pagos		(14 500 220)	(7 835 464)
Encargos com juros sobre locações		(1 490 081)	(1 748 691)
Pagamento a empregados e fornecedores		(72 461 574)	(64 334 328)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos		7 111 041	1 400 234
Diminuições (aumento) em:			
Disponibilidades e Aplicações em intuições de crédito		(51 394 009)	-
Créditos a clientes		(40 389 926)	(36 413 624)
Outros activos		(4 158 694)	(3 446 587)
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais		(95 942 629)	(39 860 211)
Aumento em:			
Recursos de Clientes		4 864 999	6 205 435
Outros Passivos e Credores		(3 232 155)	(1 270 290)
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais		1 632 844	4 935 145
Fluxo líquido das Actividades operacionais		(87 198 744)	(33 524 831)
Actividades de Investimento			
Aquisições de Activos Tangíveis e Intangíveis		(4 472 097)	(3 309 578)
Alienação de activos tangíveis e activos intangíveis		-	-
Fluxo líquido das actividades de investimento		(4 472 097)	(3 309 578)
Actividades Financiamento			
Pagamento de Passivos por Locação		(3 240 000)	(1 491 309)
Donativos		17 077 500	18 134 789
Empréstimos		85 905 969	22 200 000
Fluxo líquido das actividades de financiamento		99 743 469	38 843 481
Efeitos de alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		682 809	(78 684)
Aumento de caixa e seus equivalentes		8 072 628	2 009 072
Caixa e seus equivalentes no início do período	Nota 4	12 551 350	10 620 963
Caixa e seus equivalentes no fim do período	Nota 4	21 306 787	12 551 350



Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 35 a 68.

5. Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Introdução

O Futuro Mcb é uma empresa de microfinanças, constituída em Nampula, Moçambique, em Maio de 2017. O Futuro Mcb exerce a sua actividade com a autorização do Banco Central de Moçambique e recebe apoio do governo suíço através da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC) para ajudar no crescimento do sector financeiro moçambicano em áreas rurais e urbanas.

O objectivo do Futuro é fornecer serviços financeiros de alta qualidade e adaptados às necessidades da população não bancarizada, em particular micro e pequenas empresas, na zona Norte de Moçambique. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e serão apresentadas para aprovação pelos accionistas.

A Direcção Executiva acredita que as demonstrações financeiras refletem com precisão a posição financeira e o desempenho do Futuro, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O objectivo diário do Futuro é promover o crescimento económico em Moçambique e apoiar famílias através do acesso a microcrédito simples e rápido.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Março de 2024 e serão submetidas à aprovação pelos accionistas em Assembleia Geral durante a 1ª quinzena do mês de Abril de 2024. Na opinião do Conselho de Administração estas demonstrações financeiras reflectem, de forma verdadeira e apropriada, as operações do Futuro bem como a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso nº. 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF's requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo Futuro, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

Princípio da continuidade

O Futuro apresenta um prejuízo acumulado de MT -23.389.989 com referência a 31 de Dezembro de 2023, tendo contudo registado um lucro no exercício no montante de MT 5.053.004. O Capital Social de 107.800.000 MT é superior ao mínimo exigido pelo Banco de Moçambique, e o rácio de solvabilidade é de 54,69%, acima do mínimo exigível.

Na avaliação do princípio da continuidade, o Conselho de Administração do Futuro analisou as perspectivas de rentabilidade e de liquidez do negócio, e não prevê qualquer situação de incumprimento com as suas responsabilidades nos próximos 12 meses. Deste modo, a avaliação da

continuidade preparada pelo Conselho de Administração é positiva, não havendo conhecimento de incertezas relevantes que possam ameaçar a continuidade das operações do Futuro nos próximos 12 meses. Como resultado, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

2.2. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.2.1 Transacções em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os montantes divulgados nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que o Futuro opera, designada por moeda funcional, que é o Metical. Nesse contexto, a apresentação destas demonstrações financeiras é feita em Meticais, sendo que todos os montantes em moeda estrangeira são convertidos em Meticais.

(ii) Transacções e saldos

As transacções em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional (Meticical) utilizando as taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento e recebimento das transacções, bem como da conversão dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data da posição financeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral do exercício, na rubrica de “Operações financeiras líquidas”.

(iii) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para converter os saldos expressos em moeda estrangeira com referência a 31 de Dezembro foram as seguintes:

	2023	2022
USD	63,90	63,87

2.2.2 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique e OIC

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

2.2.3 Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades em outras instituições de crédito incluem os depósitos em outros bancos nacionais, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

2.2.4 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Futuro se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Futuro se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Futuro o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Futuro reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração do rendimento integral do exercício quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida.

v) Empréstimos de accionistas

Após o reconhecimento inicial os empréstimos e outros recursos de accionistas são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vii) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i. Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Futuro desconhece um activo financeiro, tal como um empréstimo ou adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja diferença é reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL (Perda de Crédito Esperada), a menos que o novo empréstimo seja considerado POCI (Purchased or originated credit impaired)

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando se observar:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI.

ii. Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Futuro também desconhece os activos financeiros se se observar a transferência do activo financeiro e a transferência se qualificar para o desreconhecimento.

O Futuro transfere o activo financeiro se:

- Transferiu os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- O Futuro retém os direitos sobre os fluxos de caixa futuros, mas assumiu uma obrigação de pagar, integralmente, o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.

viii) Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ix) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Futuro obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. Estes rendimentos são obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

2.2.5 Imparidade de activos financeiros

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessária a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo histórico de perdas incorridas.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3). Os activos financeiros sujeitos a imparidade devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito:

Stage 1: Performing - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de "default" que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

Stage 2: Under-performing - Os activos financeiros para os quais se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de default que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

Stage 3: Non-performing - Os activos financeiros com evidência objetiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos activos aqui classificados. Para estes activos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

i. Análise Colectiva – Considera as perdas esperadas para exposições não significativas ou exposições significativas classificadas em Stage 1.

A imparidade colectiva resulta de uma abordagem paramétrica à recuperabilidade do crédito, suportada por informação histórica da carteira de crédito, sendo aplicada de forma automática a todas as operações.

O Modelo de Imparidade do Crédito do Futuro determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos segmentos da carteira de crédito definidos com base na avaliação histórica das carteiras e do comportamento actual e passado e a visão prospectiva da operação.

Neste sentido, as perdas por imparidade apuradas pelo modelo procuram reflectir:

- i. Uma quantia objectiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;
- ii. O valor temporal do dinheiro; e
- iii. Informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições actuais (*Point-in-Time*) e previsões de condições económicas futuras (*Forward Looking*).

Para determinação das perdas por imparidade para a análise colectiva são considerados os seguintes Factores de Risco:

- i. *Probabilidade de Default (PD)* – a *Probabilidade de Default* é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito.
- ii. *Loss Given Default (LGD)* – a *Loss Given Default*, ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Futuro espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.
- iii. *Credit Conversion Factor (CCF)* – o *Credit Conversion Factor*, ou factor de conversão de crédito representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao default. A metodologia desenvolvida pelo Futuro é aplicada a operações com limites de utilização de crédito “*revolving*”, tais como Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Correntes. Para Garantias Bancárias e Créditos Documentários são usados os CCF regulamentares.

iv. *Behavioural Maturity (BM)* – *Behavioural Maturity*, ou maturidade comportamental identificar o período de tempo durante o qual a instituição se encontra exposta ao risco de crédito. Este parâmetro é tipicamente calculado para operações em que a data de vencimento da operação não se encontra definida.

ii. Análise Individual (AI) – Considera as perdas esperadas para exposições significativas classificadas em Stage 2 ou Stage 3.

A Análise Individual (AI), como o próprio nome sugere resulta da análise individualizada a cada um dos clientes não sujeito a análise colectiva ao qual é atribuída uma classificação de imparidade (comparável à *Probabilidade de Default*) e uma estratégia de recuperação.

Esta análise é realizada através de formulários preenchidos pelos analistas e revistos pelos supervisores (responsável máximo da respetiva Área Comercial), sendo posteriormente validada pelo Comité de Crédito (CC) e aprovada pelo Conselho de Gerência (CG).

A imparidade por Análise Individual pretende apurar as perdas esperadas de crédito, tendo em consideração as abordagens:

- v. *Going Concern* - Recuperação do crédito com recurso aos cash *flows* gerados pela actividade da empresa;
- vi. *Gone Concern* - Recuperação de crédito por via da execução das colaterais / garantias associadas à operação.

Para todas as operações de crédito que forem alvo de análise individual, mas para as quais a análise individual realizada quantifique imparidade nula, a respectiva imparidade a contabilizar deverá ser apurada por via da Análise Colectiva (descrita na secção anterior).

2.2.6 Activos tangíveis e activos de direito de uso

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos sempre e quando representarem montantes significativos.

O Direito de Uso dos contratos de locação financeira (nos quais o Futuro se posiciona como locatário) são apresentados conjuntamente com os equipamentos na demonstração da posição financeira, sendo as respectivas depreciações apuradas de forma linear, durante o período / a duração do contrato de locação.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da demonstração da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

ACTIVOS	ANOS DE VIDA ÚTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações contabilizadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O desreconhecimento de um activo tangível é efectuado quando ele é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento é incluído em "Outros rendimentos operacionais" (ou em "Outros gastos operacionais") na demonstração do rendimento integral do período em que o activo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

2.2.7 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme indicado nos parágrafos seguintes.

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo os custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis após a dedução dos descontos comerciais; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, o Futuro valoriza os seus activos intangíveis pelo modelo do custo, conforme preconizado pela NIC 38 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

O Futuro determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

2.2.8 Imparidade de activos não financeiros

O Futuro realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indiquem que o valor pelo qual o activo não financeiro se encontra registado nas demonstrações financeiras não é recuperável. Sempre que o valor recuperável apurado é inferior ao valor contabilístico dos activos, o Futuro avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se assim for regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda

não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinar a existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo dos fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de uma imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.2.9 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Os prémios de emissão são contabilizados sempre que um accionista subscreve novas acções, a um preço superior do seu valor nominal. Como tal, os prémios de emissão contabilizados correspondem à diferença entre o valor de subscrição pago pelos accionistas historicamente e o valor nominal das acções do Futuro à data da aquisição. Esta componente de Capital Social é apresentada separadamente na conta de capital próprio.

2.2.10 Impostos

a) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores são estimados com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data da demonstração da posição financeira.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data da demonstração da posição financeira entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial de goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

2.2.11 Locações

No momento de celebração de um novo contrato, o Futuro avalia se o mesmo é um contrato de locação, ou se contém uma locação (i.e. se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração).

Futuro como locatário

O Futuro aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os contratos de locação, excepto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de activos de baixo valor. O Futuro reconhece passivos de locação financeira para efectuar pagamentos de locação e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes. Esta contabilização encontra-se de acordo com o preconizado na NIRF 16.

Activos de direito de uso

O Futuro reconhece activos de direito de uso na data de início do contrato (ou seja, a data em que o activo subjacente está disponível para uso). Os activos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração dos passivos de locação. O custo dos activos de direito de uso inclui a quantia de passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos de locação efectuados na data ou antes da data de início, menos quaisquer incentivos de locação recebidos. Os activos de direito de uso são depreciados pelo método linear ao longo da duração do contrato.

O prazo dos contratos varia de um a dez anos, sendo geralmente automaticamente renováveis. Os contratos de locação em vigor são destinados a (i) aluguer da Agência e da Sede do Futuro e (ii) aluguer de armazém para equipamentos e bens.

Os activos de direito de uso estão apresentados na Nota 12 Activos tangíveis e activos de direito de uso e estão sujeitos a perdas por imparidade de acordo com a política do Futuro, conforme descrito na Nota 2.2.9 Imparidade de activos não financeiros.

Passivos de locação

Na data de início do contrato de locação, o Futuro reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a serem efectuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos de locação são descontados com base na taxa de juro anual associada (que corresponde à Prime Rate na data do contrato). Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos), pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos de locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Futuro e pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato reflectir o exercício da opção de rescisão. Pagamentos de renda variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que acciona o pagamento.

O passivo de locação encontra-se apresentado na Demonstração da posição financeira na linha dos "Outros passivos".

2.2.12 Donativos

O Futuro reconhece os donativos como proveitos diferidos na demonstração da posição financeira, e transfere para receitas quando as condições contratuais são satisfeitas. O ganho é assim reconhecido em resultados quando a despesa associada ocorre. Deste modo, o ganho e / ou a perda é reconhecido(a) na demonstração do rendimento integral do exercício numa base sistemática de acordo com as condições subjacentes aos donativos. Caso não existam condições contratuais subjacentes aos donativos recebidos, os proveitos são reconhecidos no momento de recebimento dos donativos.

3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Futuro são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a divergir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem.

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na alínea 2.2.5) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

Impostos sobre lucros (IRPC)

O Futuro encontra-se sujeito ao apuramento de impostos sobre lucros de cada exercício. Por forma a determinar o montante global de impostos sobre os lucros (IRPC) torna-se necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Dado que existem diversas transacções, cálculos e pressupostos subjacentes à determinação dos impostos a pagar, o montante de imposto apurado em cada exercício figura como uma estimativa contabilística.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável preparado anualmente pelo Banco durante um período de cinco anos, após a conclusão do respectivo exercício. Desta forma, é possível que se observem correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. De salientar que, pelas sua reduzida probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na Demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2023	2022
Caixa e disponibilidades	7	16 024 113	4 262 686
Depósitos Bancários	8	5 282 674	8 288 664
		21 306 787	12 551 350

5. Novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Futuro são descritas abaixo. As alterações às normas IFRS aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2024 não tiveram efeito nas demonstrações financeiras preparadas, a saber:

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivos Não Circulantes com Covenants (25-Jan-2023)
- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (23-Jan-2020)
- Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma venda ou locação (22-Set-2022)

- Alterações à IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa - Acordos de financiamento de fornecedores (26-Mai-2023)
- Alterações à IAS 21 – Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio – (15-Ago-2023) - Orientações para especificar quando uma moeda é trocável e como determinar a taxa de câmbio quando não o é.

Com referência a 31 de Dezembro de 2023 o Futuro MCB considera que não é expectável que as novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor (listadas acima) venham a ter impactos materiais nas demonstrações financeiras no momento em que entrem em vigor. O Futuro pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

6. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

As políticas contabilísticas adoptadas no presente exercício são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. As normas e interpretações que foram emitidas, e que se encontram efectivas desde 01 de Janeiro de 2023, são descritas abaixo. Estas alterações às normas IFRS aplicáveis (que entraram em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2023) não tiveram efeito nas demonstrações financeiras.

- Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa (09-Dez-2021)
- Alterações à IAS 12 – Imposto de renda – segundo pilar (23-Mai-2023)
- Alterações à IAS 12 impostos sobre o rendimento - imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (07-Mai-2021)
- Alterações à IAS 1 - apresentação de demonstrações financeiras - divulgação de políticas contabilísticas (12-Feb-2021)

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Mudanças nas Estimativas Contabilísticas e Erros - definição de estimativas contabilísticas (25-Jun-2020)

Imposta salientar que as alterações acima listadas não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do Futuro com referência a 31 de Dezembro de 2023.

7. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

No período findo em 31 de Dezembro de 2023, a decomposição da rubrica de Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais é como segue:

CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	2023	2022
Caixa moeda nacional	1 113 116	1 146 766
Caixa moeda estrangeira	651 908	287 543
Disponibilidades no Banco de Moçambique	14 242 089	2 828 378
	16 024 113	4 262 686

Os montantes em Caixa (em moeda nacional e em moeda estrangeira) correspondem aos montantes disponíveis na tesouraria para fazer face aos desembolsos e levantamentos de clientes. As disponibilidades no Banco de Moçambique correspondem às Reservas Mínimas Obrigatórias, apurada com base no saldo total dos Depósitos de clientes.

O aumento observado em 2023 (quando comparado com 2022) resulta da comunicação pelo Banco Central do aumento das Reservas Mínimas Obrigatórias, que durante o presente exercício aumentaram de 10,5% para 39,0% (para os depósitos denominados em moeda nacional) e de 11,0% para 39,5% (para os depósitos denominados em moeda estrangeira).

8. Disponibilidades em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2023, a decomposição da rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito é como segue:

DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2023	2022
Moeda nacional	5 280 855	8 216 365
Moeda estrangeira	1 820	72 300
	5 282 674	8 288 664

O saldo da rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas do Futuro junto de outros Bancos, nomeadamente, BCI – Banco Comercial e de Investimentos e Standard Bank, bem como M-Pesa (serviço financeiro móvel). O saldo apresentado reflete a disponibilidade em moeda nacional e estrangeira, convertida em moeda funcional.

9. Aplicações em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2023, a decomposição da rubrica de aplicações em instituições de crédito é como segue:

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2023	2022
Depósitos a prazo – Standard Bank	600 000	600 000
Depósitos a prazo – Millennium BIM	54 400 000	-
	55 000 000	600 000

O depósito a prazo constituído junto do Standard Bank corresponde a um depósito em moeda nacional, mobilizado anualmente conforme observado em 2022 (e historicamente). O depósito a prazo constituído junto do Millennium BIM corresponde a um depósito em moeda estrangeira (USD), no montante de cerca de USD 850.000, tendo o mesmo sido convertido para moeda nacional com base no câmbio à data de 31 de Dezembro de 2023. Este depósito a prazo foi constituído pela gestão com vista a cobrir 50% da exposição do recurso contraído junto do IFAD no montante de USD 1.700.000, conforme detalhado na nota 15.

Os juros gerados por estes depósitos a prazo são devidamente contabilizados na Margem Financeira, na rubrica de Juros e rendimentos similares.

10. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os créditos a clientes correspondem a empréstimos concedidos a clientes. Em 31 de Dezembro de 2023, a carteira de clientes encontrava-se distribuída da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A CLIENTES	2023	2022
Empréstimos a clientes	206 929 775	173 654 253
Juros a receber	6 759 272	5 023 104
Exposição Bruta	213 689 047	178 677 357
Imparidade Acumulada	(16 806 398)	(11 033 765)
	196 882 638	167 643 592

O aumento de MT 29.239.046 observado na rubrica de Empréstimos e adiantamentos a clientes durante o ano de 2023 foi potenciado pelo aumento de liquidez disponível resultante do empréstimo concedido pelo IFAD - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola no montante de MT

107.525.000. Com a liquidez obtida por via deste empréstimo, o Futuro aplicou maior liquidez em Empréstimos e adiantamentos a clientes (principal actividade do Futuro), em linha com o Plano Estratégico em vigor, tendo adicionalmente aumentado os montantes na rubrica de Aplicações em Instituições de Crédito (ver nota 9).

O movimento da imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

MOVIMENTO DE IMPARIDADE DE CRÉDITO	2023	2022
Saldo de abertura a 1 de Janeiro	11,033,765	10,837,826
Imparidade do exercício	11,150,880	3,599,025
Créditos abatidos	(5,378,247)	(3,403,087)
Saldo a 31 de Dezembro	16,806,398	11,033,765

MOVIMENTO DE IMPARIDADE DE CRÉDITO	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	TOTAL
Quantia escriturada a 1 de Janeiro	4 522 197	785 918	5 725 650	11 033 765
Stage 1				
Transferências de estágio 2 para 1	3 078 467	-	-	3 078 467
Transferências de estágio 3 para 1	1 574 088	-	-	1 574 088
Stage 2				
Transferências de estágio 1 para 2	-	227 025	-	227 025
Transferências de estágio 3 para 2	-	688 429	-	688 429
Stage 3				
Transferências de estágio 1 para 3	-	-	792 227	792 227
Transferências de estágio 2 para 3	-	-	4 653 922	4 653 922
Créditos abatidos	-	-	(5 378 247)	(5 378 247)
Aumento / (reversões) de imparidade	136 722	-	-	136 722
Saldo final a 31 de Dezembro 2023	9 311 474	1 701 372	5 793 552	16 806 398

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas num período de 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3), conforme explicado na nota 2.2.5.

11. Outros activos

O detalhe dos outros activos em 31 de Dezembro de 2023 é como segue:

OUTROS ACTIVOS	2023	2022
Devedores e outras aplicações	1 897 201	2 268 030
Despesas com encargo diferido	5 780 942	4 438 145
Activos recebidos em dação	3 086 726	-
	10 764 869	7 006 175

Na rubrica Devedores e outras aplicações encontram-se registados sobretudo montantes relativos a comissões de seguros a receber da Hollard de MT 1.037.553. Adicionalmente, a rubrica contabiliza juros corridos / diferidos sobre os depósitos a prazo no Standard Bank e no Millennium BIM de MT 198.626, bem como outros saldos a receber da Hollard Moçambique.

As Despesas com encargo diferido são sobretudo compostas por custos com projectos de consultoria no montante de MT 2.070.654, comissões administrativas sobre o empréstimo obtido junto ao IFAD (a serem reconhecidos mensalmente) no montante de MT 1.483.500 e outros montantes relativos a encargos de seguros (pagos anualmente) e a rendas relativas a contratos de locação financeira (pagas trimestralmente).

Os activos recebidos em dação são activos recebidos pelo Futuro em resultado da execução de garantias associadas a contratos de crédito que entraram em incumprimento, conforme acordado contratualmente no momento do reembolso. O saldo de 2023 é sobretudo composto por imóveis no montante de MT 1.692.396 e equipamento no montante de MT 1.394.330.

12. Activos tangíveis e Activos de direito de uso

Os movimentos registados em activos tangíveis foram como segue:

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVOS	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Activo Bruto						
Saldo a 01 de Janeiro de 2022	607 423	1 866 316	7 972 897	5 882 885	15 378 578	31 708 099
Adições	486 631	135 720	1 474 326	895 445	-	2 992 122
Abates	-	-	(1 762 617)	-	-	(1 762 617)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2022	1 094 054	2 002 036	7 684 606	6 778 330	15 378 578	32 937 604
Adições	348 912	1 445 841	518 842	2 095 580	62 922	4 472 097
Abates	-	(269 890)	(563 703)	(38 500)	-	(872 092)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2023	1 442 966	3 177 987	7 639 745	8 835 410	15 441 500	36 537 609

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVOS	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Depreciações Acumuladas						
Saldo a 01 de Janeiro de 2022	(40 095)	(437 797)	(4 332 123)	(2 676 509)	(5 885 357)	(13 371 881)
Depreciações do exercício	(47 632)	(195 746)	184 734	(1 176 534)	(1 839 142)	(3 074 320)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2022	(87 727)	(633 543)	(4 147 389)	(3 853 043)	(7 724 499)	(16 446 202)
Depreciações do exercício	(86 917)	(178 397)	(1 732 921)	(1 025 491)	(1 976 545)	(5 000 271)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2023	(174 644)	(811 940)	(5 880 309)	(4 878 534)	(9 701 044)	(21 446 473)
Valor líquido contabilístico (VLC)						
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	1 006 327	1 368 493	3 537 217	2 925 287	7 654 079	16 491 402
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	1 268 322	2 454 842	2 279 699	3 390 938	5 877 858	15 861 659

Abaixo apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com contratos de locação financeiras (i.e. Passivo de Locação), conforme incluído na nota 17 – Credores e outros recursos.

PASSIVO DE LOCAÇÃO	2023	2022
Saldo a 01 de Janeiro de 2023	10 278 893	11 770 202
Adições	-	-
Acréscimo de juros	1 490 081	1 748 691
Pagamentos	(3 240 000)	(3 240 000)
Em 31 Dezembro de 2023	8 528 974	10 278 893

O cálculo do passivo de locação é feito de acordo com a política contabilística divulgada na secção 2.2.7. As análises das maturidades dos passivos de locação financeira estão divulgadas na nota 33.b.

13. Activos Intangíveis

O saldo dos Activos Intangíveis respeita à aquisição, produção e desenvolvimento dos sistemas de tratamento automático de dados (software) adquirido para as actividades do Futuro.

Os movimentos registados na rubrica Activos intangíveis foram como se segue:

	SOFTWARE	TOTAL
Activo Bruto		
Saldo a 31 de Dezembro 2021	1 050 669	1 050 669
Adições	317 456	317 456
Abates	(896 215)	(896 215)
Saldo a 31 de Dezembro 2022	471 910	471 910
Adições	162 361	162 361
Saldo a 31 de Dezembro 2023	634 271	634 271

	SOFTWARE	TOTAL
Amortizações acumuladas		
Saldo a 31 de Dezembro 2021	(988 249)	(988 249)
Amortizações do exercício	(43 728)	(43 728)
Abates	896 215	896 215
Saldo a 31 de Dezembro 2022	(135 761)	(135 761)
Amortizações do exercício	(79 029)	(79 029)
Abates	1 699	1 699
Saldo a 31 de Dezembro 2023	(213 092)	(213 092)
Valor líquido contabilístico (VLC)		
Saldo a 31 de Dezembro 2022	336 149	336 149
Saldo a 31 de Dezembro 2023	421 180	421 180

O Futuro regista nesta rubrica o software e as despesas iniciais suportadas até à sua utilização em pleno. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada que em geral corresponde a um período de 4 anos. Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

No que concerne ao tempo vida útil dos activos, foram aplicáveis as seguintes:

TIPOLOGIA DE ACTIVOS	ANOS DE VIDA UTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

14. Depósitos de clientes

Nesta rubrica, encontra-se o montante correspondente ao total dos depósitos obrigatórios que são fundos de garantia depositados por clientes com empréstimos e depósitos voluntários de clientes para poupança. Estes depósitos requerem a constituição de reservas mínimas junto do Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro de 2023 o saldo apresenta-se como segue:

DEPÓSITOS DE CLIENTES	2023	2022
Depósitos à ordem obrigatórios	25 107 039	21 599 691
Depósitos à ordem voluntários	6 412 013	5 054 362
	31 519 052	26 654 053

15. Empréstimos

A rubrica de empréstimos apresenta o capital e os juros que o Futuro tem a pagar ao seu credores, em virtude de empréstimos contraídos.

EMPRÉSTIMOS DE ACCIONISTAS	2023	2022
Empréstimo Hollard (capital e juros)	2 220 243	48 031 159
Empréstimo IFAD (capital e juros)	108 630 353	-
Empréstimo Millennium BIM (capital e juros)	23 086 532	-
	133 937 129	48 031 159

Durante o ano de 2023 Futuro liquidou o empréstimo com a Hollard Moçambique (accionista), no montante de MT 45.000.000, sendo que o saldo em dívida de MT 2.220.243 corresponde somente a juros por liquidar sobre o empréstimo. A liquidação deste empréstimo foi feita por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio, e pelos financiamentos contraídos durante o presente exercício (conforme detalhado abaixo).

Verificamos ainda que o Futuro obteve, durante o ano de 2023, dois novos financiamentos externos: um financiamento contraído junto do IFAD - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola no montante de MT 107.525.000 (financiamento em moeda estrangeira, no montante de USD 1.700.000), sobre qual se encontram contabilizados encargos corridos de cerca de MT 1.105.353; e um empréstimo junto do Millennium BIM, que corresponde a uma linha de crédito até ao montante de MT 52.500.000, da qual o Futuro apenas utilizou à data o montante de MT 23.086.532 (conforme detalhado na tabela acima).

16. Outros passivos

O detalhe dos outros passivos em 31 de Dezembro de 2023 é como segue:

OUTROS PASSIVOS	2023	2022
Acréscimos de gastos	997 809	3 792 607
	997 809	3 792 607

Os acréscimos de gastos referem-se, essencialmente, a acréscimos de custos relacionados com a rubrica de pessoal (indeminizações), serviços de auditoria, provisões de seguros e transportes.

17. Credores e outros recursos

O detalhe dos credores e outros recursos 31 de Dezembro de 2023 é como segue:

CREDORES E OUTROS RECURSOS	2023	2022
Proveitos diferidos	-	985 684
Passivos de locação financeira	8 528 974	10 278 893
Impostos	766 499	1 020 956
Cartão de crédito	16 189	379 304
Outros credores	4 091 445	1 735 851
	13 403 107	14 400 688

Nos Passivos de locação financeira encontram-se registados os montantes relacionados com a IFRS 16, renda de imóveis – escritório e armazém juntamente com os respectivos juros.

Os impostos contemplam as contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), bem como os impostos de rendimento relativos ao mês de Dezembro de 2023, a serem pagos ao Estado no mês de Janeiro de 2024.

A rubrica de Outros credores contabiliza sobretudo a obrigação de pagamento de prémios de seguros a Hollard, serviços de consultoria de TI, bem como fornecedores diversos. O aumento observado no ano de 2023 (quando comparado com 2022) resulta sobretudo do montante de MT 2.102.972 a pagar relativo a custos com Consultoria resultantes da implementação do Plano Estratégico em vigor.

18. Capital social

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2023 é como segue:

ACCIONISTAS	N.º ACCÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL	VALOR DO CAPITAL
Agência de Cooperação Suíça em Moçambique	98	63,64%	68 600 000
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%	37 800 000
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%	700 000
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%	700 000
Saldo a 31 de Dezembro 2022	154	100,00%	107 800 000

Em 2023, o capital social do Futuro manteve-se em MT 107.800.000, sendo a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique o acionista maioritário com 63.64% de participação no capital, Hollard Moçambique Companhia de Seguros com 35.06% constituída no ano de 2020 e Futuro Mcb, S.A. e Eduardo A. Lucchesi Reis com o mesmo número de acções. A este montante, e por forma a totalizar o Capital Social, acresce o Prémio de Emissão no montante de MT 23.782.500, conforme detalhado na Demonstração das variações de capital próprio. Este prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição pago pela Hollard, e o valor nominal das acções do Futuro, no ano de 2020 (ano em que a Hollard entrou na estrutura accionista).

19. Reserva legal

Nos termos da Legislação em vigor em Moçambique, nomeadamente da Lei n.º 20/20 - Instituições de Crédito, o Futuro deverá reforçar anualmente a reserva legal em 30% dos lucros líquidos anuais, até que o montante na reserva legal atinja o montante do capital social.

Posteriormente, após o montante na reserva legal ser igual (ou superior) ao capital social, deverá ser alocada anualmente uma percentagem de 15% dos lucros líquidos anuais a esta reserva.

RESERVAS	2023	2022
Reserva Legal	3 557 649	-
	3 557 649	-

O montante de MT 3.557.649 contabilizado em 2023 na rubrica de reserva legal corresponde a 30% dos lucros obtidos no exercício anterior (de 2022), que ascenderam a MT 11.858.831.

20. Margem financeira

O detalhe da margem financeira foi como segue:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2023	2022
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	83 124 239	70 847 473
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	190 783	66 501
	83 315 022	70 913 974

JUROS E ENCARGOS SIMILARES	2023	2022
Juros sobre passivos com locação financeira	(1 490 081)	(1 748 691)
Juros sobre empréstimos	(11 123 297)	(4 906 461)
	(12 613 377)	(6 655 152)

Os juros de empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram cerca de 17% quando comparado com o ano anterior, sendo este aumento sustentado pelo crescimento da carteira de crédito a clientes que registou um crescimento significativo (ver nota 10).

Não obstante a liquidação, durante o ano de 2023, do empréstimo contraído junto da Hollard no passado, os juros sobre empréstimos aumentaram cerca de 127%. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento dos empréstimos em Passivo, como resultado dos financiamentos contraídos junto do IFAD e do Millennium BIM (ver nota 15).

21. Serviços e comissões líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2023, o detalhe dos resultados de comissões foi como segue:

RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões	8 384 687	4 521 029
Rendimentos de comissões sobre atrasos	2 023 750	831 952
	10 408 437	5 352 981

ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	2023	2022
Encargos com serviços e comissões	(3 376 924)	(2 929 003)
	(3 376 924)	(2 929 003)
Serviços e Comissões Líquidas	7 031 514	2 423 978

Os rendimentos de serviços e comissões registaram um aumento de 94,4%, sendo o mesmo justificado parcialmente pelo aumento do volume de negócio e da carteira de crédito do Futuro. Adicionalmente, verificamos que o efeito mais expressivo resultante da revisão do preçário realizada em 2023, sendo que no presente exercício comissões administrativas anuais de crédito aumentaram de 2% para 3%.

Os encargos com serviços e comissões registaram um ligeiro aumento por conta das comissões administrativas do empréstimo obtido junto ao IFAD.

22. Operações financeiras líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2023 o detalhe desta rubrica foi como segue:

OPERAÇÕES FINANCEIRAS LÍQUIDAS	2023	2022
Ganhos em operações cambiais	705 254	5 518
Perdas em operações cambiais	(22 245)	(84 202)
	682 809	(78 684)

As operações financeiras líquidas contabilizam essencialmente os ganhos e perdas resultantes de reavaliações cambiais. O Futuro apresenta apenas alguns saldos em moeda estrangeira, sendo os mesmos sobretudo relativos a operações denominadas em dólar americano (USD).

O aumento observado durante o ano de 2023 nos ganhos em operações cambiais resulta sobretudo do efeito conjunto da contratação de operações activas em USD (sobretudo a aplicação de USD 850.000 constituída no presente exercício, conforme dealhado na nota 9), bem como da ligeira valorização cambial do USD face ao MT.

23. Outros rendimentos operacionais

Na data de elaboração das presentes demonstrações, os detalhes da rubrica outros rendimentos operacionais foi o seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2023	2022
Outros ganhos e rendimentos operacionais	1 839 006	1 309 839
Donativos	17 077 500	16 824 950
	18 916 506	18 134 789

Outros ganhos e rendimentos operacionais correspondem sobretudo à recuperação de créditos abatidos e a comissões de seguros provenientes da Hollard Moçambique.

O montante de MT 17 077 500 em donativos provém da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC) no âmbito do apoio concedido ao Futuro para apoiar desenvolvimento e capacitação dos recursos e processos internos da Instituição, por forma a possibilitar o crescimento do negócio e os objectivos definidos no plano estratégico em vigor até 2027.

24. Imparidade líquida do exercício

A rubrica de imparidade para o exercício findo 31 de Dezembro de 2023 teve o seguinte movimento:

IMPARIDADE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2023	2022
Créditos vivos	(4 754 984)	(2 917 532)
Créditos vencidos	(6 395 897)	(681 493)
	(11 150 880)	(3 599 025)

O aumento de cerca de MT 7.551.855 (+210%) observado na imparidade líquida do exercício em 2023 (quando comparado com 2022) resulta do aumento do crédito vencido (em stage 3), conforme detalhado acima. Durante o ano de 2023 observou-se um aumento de operações classificadas em stage 3, sendo que os critérios de classificação de stage foram revistos em linha com as melhores práticas recomendadas pelo Banco de Moçambique. Este efeito gerou um maior volume de operações classificadas em stage 3 e um maior número de créditos abatidos no presente exercício (conforme detalhado na nota 10).

25. Gastos com pessoal

No período findo em 31 de Dezembro de 2023, o detalhe da rubrica Gastos com o pessoal foi o seguinte:

GASTOS COM PESSOAL	2023	2022
Remuneração dos colaboradores e gestores	(45 576 977)	(38 717 266)
Encargos sociais obrigatórios	(1 289 445)	(947 059)
Outros gastos com pessoal	(466 857)	(194 711)
	(47 333 280)	(39 859 036)

Com referência a 31 de Dezembro de 2023 o Futuro conta com um total de 85 colaboradores. O número médio de colaboradores durante o exercício de 2023 é de 83 (versus 79 em 2022).

A remuneração dos colaboradores e gestores registou em 2023 um crescimento de 18% (quando comparado com 2022), sobretudo em resultado da contratação de colaboradores, por forma a potenciar atingir o crescimento previsto no plano estratégico aprovado (e em vigor) até 2017.

Os encargos sociais obrigatórios correspondem à percentagem de cerca de 4% sobre a remuneração bruta dos colaboradores, a ser contabilizada pelo Futuro como custo com segurança social (custo pago mensalmente, no mês seguinte ao mês em que é incorrido). Deste modo, o aumento observado encontra-se em linha com o aumento da remuneração dos colaboradores e gestores.

A rubrica “Outros gastos com pessoal” corresponde a 1% do salário anual bruto dos colaboradores que beneficiaram da assistência social e a outros gastos relacionados com o pessoal, nomeadamente subsídio de instalação e outros subsídios de trabalho.

26. Outros gastos administrativos

No período findo em 31 de Dezembro de 2023, o detalhe dos outros gastos administrativos é como segue:

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	2023	2022
Serviços de consultoria	(4 075 190)	(4 165 900)
Rendas e alugueres	(612 032)	(751 442)
Despesas com auditorias	(561 300)	(1 631 837)
Despesas de deslocação e representação	(4 503 183)	(4 527 620)
Seguros	(1 921 548)	(2 194 401)
Comunicação	(1 982 769)	(1 746 093)
Manutenção e reparação	(1 066 090)	(1 894 620)
Marketing e publicidade	(509 812)	(1 204 973)
Judiciais e notariado	(1 216 043)	(1 423 169)
Material de escritório	(643 577)	(980 962)
Água e energia	(1 200 957)	(888 169)
Combustíveis e lubrificantes	(475 411)	(426 256)
Outras despesas	(5 879 932)	(3 427 228)
	(24 647 843)	(25 262 671)

A rubrica outras despesas corresponde sobretudo a custos com formação de pessoal (no montante de MT 2.137.320), custos com aquisição de materiais e serviços de limpeza e serviços de segurança (no montante de MT 1.405.847) e outros custos administrativos (no montante de MT 1.530.091). Encontram-se ainda contabilizados alguns custos adicionais com outros serviços especializados (nomeadamente com consultoria fiscal e contratação de serviços de rating de microfinanças). O aumento observado em outras despesas resulta sobretudo do aumento de custo com a formação de pessoal, em linha com o plano estratégico aprovado, por forma a capacitar os recursos do Futuro a apoiar no crescimento sustentável do negócio.

27. Outros gastos operacionais

A rubrica de outros gastos operacionais descreve-se conforme o quadro abaixo que inclui gastos com:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	2023	2022
Outros ganhos/(perdas)	(201 902)	1 342 273
Outros impostos	(97 033)	(690 053)
	(298 935)	652 220

A rubrica de outras perdas contabiliza as quotas pagas à Ordem dos Contabilistas e Auditores, e à Associação Moçambicana de Operadores de Micro finanças (AMOMIF), no montante de cerca de MT 24.000. Em adição, contabiliza perdas incorridas no presente exercício sobre activos recebidos em dação. No ano de 2022 a rubrica apresentava um saldo contranatura em resultado da contabilização de reversões de custos desta natureza.

A rubrica de outros impostos contabiliza o valor do imposto de selo proveniente da selagem de contratos de prestação de serviços e imposto de selo bancário. Nota-se uma redução bastante

significativa em 2023 (face a 2022) por conta do imposto de selo pago em 2022 sobre o contrato de empréstimo junto ao IFAD, sendo que em 2023 esse custo não se observou.

28. Imposto sobre o rendimento

O quadro seguinte apresenta reconciliação entre o lucro contabilístico e fiscal:

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DO IMPOSTO	2023	2022
Lucro / (Prejuízo) antes de impostos	9 029 876	11 858 831
Custos não dedutíveis	3 569 993	4 732 460
Lucro / (Prejuízo) fiscal	12 599 869	16 591 291
Prejuízos fiscais deduzidos	(172 143)	(16 591 291)
Matéria Colectável	12 427 726	-
IRPC à taxa normal (32%)	3 976 872	-
Pagamentos Especiais por Conta (PEC)	(400 000)	-
IRPC a pagar	3 576 872	-

No ano de 2023 o Futuro atingiu pela terceira vez consecutiva um resultado fiscal positivo. Deste modo, e uma vez que dos prejuízos fiscais acumulados nos anos de 2017 a 2020 apenas restava por recuperar o montante de MT 172.143, o Futuro apurou IRPC a pagar relativo ao exercício de 2023 no montante de MT 3.576.872.

29. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2023 (e em 31 de Dezembro de 2022), os saldos e transacções com as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo:

PARTES RELACIONADAS	2023	2022
Capital social	107 800 000	107 800 000
Doações – Cooperação Suiça (SDC)	17 077 500	16 824 950
Juros de empréstimo de accionista (Hollard)	2 220 243	48 031 159
Contas a receber (Hollard)	1 075 832	683 079
Contas a pagar (Hollard)	820 102	382 365
Proveitos/encargos (Hollard)	500 927	405 115
	129 494 603	174 126 668

30. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Futuro é considerado como sendo um elemento-chave da gestão do Futuro. Não obstante, o Conselho de Administração não auferiu nenhuma remuneração durante o período findo em 31 de Dezembro de 2023.

31. Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

ACTIVOS FINANCEIROS - 2023	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	16 024 113	-	16 024 113
Disponibilidades em instituições de crédito	8	5 282 674	-	5 282 674
Aplicações em instituições de crédito	9	55 000 000	-	55 000 000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	213 689 047	-	213 689 047
Outros activos	11	4 983 927	5 780 942	10 764 869
Total activos financeiros		294 979 761	5 780 942	300 760 703

PASSIVOS FINANCEIROS - 2023	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Depósitos de clientes	14	(31 519 052)	-	(31 519 052)
Empréstimos	15	(133 937 129)	-	(133 937 129)
Outros passivos / Credores e outros recursos	16 e 17	(997 809)	(13 403 107)	(14 400 916)
Total passivos financeiros		(166 453 990)	(13 403 107)	(179 857 097)

ACTIVOS FINANCEIROS - 2022	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em banco centrais	7	4 262 686	-	4 262 686
Disponibilidades em instituições de crédito	8	8 288 664	-	8 288 664
Aplicações em instituições de crédito	9	600 000	-	600 000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	178 677 357	-	178 677 357
Outros activos	11	-	7 006 175	7 006 175
Total activos financeiros		191 828 707	7 006 175	198 834 882

PASSIVOS FINANCEIROS - 2022	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Depósitos de clientes	14	(26 654 053)	-	(26 654 053)
Empréstimos	15	(48 031 159)	-	(48 031 159)
Outros passivos / Credores e outros recursos	16 e 17	(3 887 388)	(14 305 907)	(18 193 295)
Total de passivos financeiros		(78 572 600)	(14 305 907)	(92 878 507)

b. Instrumentos financeiros ao justo valor

O Futuro não tem na sua demonstração de posição financeira nenhum instrumento financeiro mensurado pelo justo valor. A Administração considera que a diferença entre a quantia escriturada e o justo valor dos instrumentos financeiros acima é imaterial e que a quantia escriturada é razoável e aproximada do justo valor (uma vez que estes instrumentos financeiros são de curto prazo).

32. Gestão de risco, objectivos e políticas

Introdução

A gestão do risco é parte essencial para o sucesso do Futuro, desempenhando um papel importante na gestão e permitindo operar mais eficazmente num ambiente em constante mudança. A gestão do risco tem vindo a desenvolver-se, sendo actualmente uma das actividades diárias do Futuro, enquanto aspecto vital para a avaliação de estratégias alternativas e de fixação de objectivos, dentro de uma estrutura de gestão que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Futuro. Assumir riscos de forma apropriada é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Futuro pode sofrer devido a perdas financeiras se os seus clientes ou contrapartes do mercado falharem em honrar os compromissos com o Futuro.

As contrapartes podem incluir os clientes, o Governo, Bancos e outras Instituições Financeiras e não Financeiras. O Futuro tem as suas políticas, procedimentos e processos através dos quais controla e monitoriza o risco de todas as actividades.

A exposição ao crédito surge maioritariamente pela via da existência de crédito a clientes. No entanto, o Futuro pode ser exposto a outros riscos de crédito, nomeadamente os que dizem respeito a compromissos e outros que ocorram no decurso das actividades operacionais. Estes riscos são geridos de forma semelhante e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo do risco que surge por via da existência de crédito a clientes.

O objectivo primordial das operações de crédito do Futuro é a geração de rendimentos e a satisfação das necessidades de crédito dos clientes. Como forma de garantir o máximo de eficácia

na realização dos seus objectivos, a estratégia do Futuro apresenta uma forte orientação para os clientes, aliada a elementos de capacitação e controlo do risco de crédito.

O relacionamento com o cliente tem como base equipas de “Oficiais de Clientes”, compostas por um líder de equipa e elementos denominados como “controllers operacionais”. Estas equipas actuam como o elo de ligação fundamental do Futuro com os seus clientes que podem ser classificados como “Grupo” (grupos organizados) ou como “Individuais” (clientes empresários individuais).

Os controlos operacionais são elementos fundamentais para prevenir e mitigar os riscos comuns a que o Futuro está exposto. Os mecanismos de controlo das operações consistem sobretudo em solicitar aos colaboradores e clientes, de forma frequente, um ponto de situação sobre as suas operações e actividades de modo a:

- Identificar acontecimentos fora do comum ou desvios, com a maior brevidade possível;
- Entender as razões dessas ocorrências; e
- Propor soluções para fazer face a estas questões.

O Comité de Crédito é o Órgão responsável pela tomada de decisões de aprovação ou rejeição de pedidos de empréstimo.

É função do Comité de Crédito aumentar a sua participação no processo de tomada de decisão e criar um elevado nível de responsabilidade entre os colaboradores envolvidos na atribuição e acompanhamento dos créditos a clientes. Esta responsabilidade é fundamental para a qualidade da carteira de crédito. O Comité de Crédito, com a função de decisão e monitorização, é composto por colaboradores experientes e fidedignos contribuindo para uma eficiência organizacional e tomada de decisão atempada tendo por base as necessidades do cliente e as políticas de risco do Futuro.

Exposição máxima ao risco de crédito por classes de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada.

As tabelas abaixo demonstram a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2023 (e em 31 de Dezembro de 2022), relativamente ao risco de crédito no balanço.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVO A ELEMENTOS DO BALANÇO	2023	2022
Caixa e disponibilidades em Banco Central	16 024 113	4 262 686
Disponibilidades em instituições de crédito	5 282 674	8 288 664
Aplicações em instituições de crédito	55 000 000	600 000
Empréstimo e adiantamento a clientes	213 689 047	171 450 762
Outros activos	4 983 927	2 568 030
Total do activo na demonstração da posição	294 979 761	187 170 142

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

QUALIDADE DO CREDITO	2023					2022
	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	POCI	TOTAL	TOTAL
Crédito vivo	174 742 809	4 289 498	-	-	179 032 307	160 098 903
Não vencido	174 742 809	4 289 498	-	-	179 032 307	160 098 903
Em imparidade						
Crédito vencido	-	-	34 656 730	-	34 656 730	11 351 859
Em imparidade	-	-	34 656 730	-	34 656 730	11 351 859
Saldo final a 31 de Dezembro	174 742 809	4 289 498	34 656 730	-	213 689 047	171 450 762

Na tabela abaixo encontra-se detalhada a exposição máxima ao risco de crédito dos Empréstimos e adiantamentos a clientes com referência a 31 de Dezembro de 2023:

RISCO DE CRÉDITO	2023
Crédito individual	156 148 730
Crédito em grupo	7 197 077
Créditos reestruturados	43 583 968
Especialização de juros	6 759 262
Total exposição bruta de crédito (nota 10)	213 689 036
Depósitos / Fundos de garantia	(25 107 039)
Outros bens dados em garantia	(80 246 802)
Perdas de créditos esperadas (nota 10)	(16 806 398)
Elementos a deduzir ao risco de crédito	(122 160 239)
Exposição ao risco de crédito	91 528 797

Activos financeiros que não estão vencidos

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimento não relevante, estando com um total de dias de atraso inferior a 90 dias.

Activos financeiros avaliados quanto à imparidade

Os critérios que o Futuro utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;

- Incumprimentos contratuais, tais como o incumprimento das prestações acordadas;
- Existência de fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma reestruturação financeira;
- Desaparecimento de um mercado viável para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando uma diminuição considerável dos fluxos de caixa Futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos (apesar de tal decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira), incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - iii. Depreciação do valor do colateral; e
 - iv. Deterioração da posição do cliente;

A política de crédito do Futuro define incumprimento de um determinado cliente quando ocorrem os seguintes eventos:

- O Futuro considera que é pouco provável que o cliente venha a pagar a sua obrigação de crédito na íntegra sem que tenha de exercer a sua opção sobre o eventual colateral;
- Se a outra parte entrar em incumprimento com qualquer condição do contrato.

O Futuro avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou coletivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito em incumprimento (activo financeiro com atraso superior a 90 dias) são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para

os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Créditos abatidos ao activo

O Futuro estabelece, através de um custo que reduz o resultado do exercício, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes aos saldos de clientes e outras contas a receber. Depois de identificar um adiantamento como reduzido, e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui que não há uma perspectiva realista para uma futura recuperação e o abate irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável, e não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou a totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos de recuperação tenham sido concluídos e o montante das perdas tenha sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral.

Concentração de risco de crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de clientes que esteja ligado a actividades semelhantes, ou apresentem características económicas similares, se encontra numa situação em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais.

Na data do relatório, não se verificavam concentrações significativas de risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração da posição financeira.

2023	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	14 242 089	-	-	-	14 242 089
Financeiro	-	5 282 674	55 000 000	-	60 282 674
Outros sectores	-	-	-	213 689 047	213 689 047
	14 242 089	5 282 674	55 000 000	213 689 047	288 213 810

2022	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	2 828 378	-	-	-	2 828 378
Financeiro	-	8 288 664	600 000	-	8 888 664
Outros sectores	-	-	-	171 450 762	171 450 762
	2 828 378	8 288 664	600 000	171 450 762	183 167 804

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Futuro ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento aquando dos vencimentos em circunstâncias normais e de pressão. O Futuro mantém uma carteira de activos com bastante liquidez que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Futuro estabeleceu linhas de crédito com o grupo a que pertence, a fim de obter liquidez caso seja necessário. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral como para o Futuro em particular. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores de caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos com os empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Análise dos activos e passivos financeiros por maturidade contratual

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Futuro em 31 de Dezembro de 2023 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2022).

2023	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16 024 113	-	-	-	16 024 113
Disponibilidades em instituições de crédito	5 282 674	-	55 000 000	-	60 282 674
Crédito a clientes	8 120 225	18 953 236	131 643 721	54 471 855	213 189 037
Outros activos	-	-	-	4 983 927	4 983 927
Total activos não descontados	29 427 012	18 953 236	186 643 721	59 455 782	294 479 750
Recursos de clientes	(6 412 013)	-	(25 107 039)	-	(31 519 052)
Empréstimos	-	-	-	(133 937 129)	(133 937 129)
Outros passivos	-	-	(997 809)	-	(997 809)
Passivos de locação	-	(4 874 133)	(8 528 974)	-	(13 403 107)
Total passivos não descontados	(6 412 013)	(4 874 133)	(34 633 822)	(133 937 129)	(180 120 462)
Total Líquido	23 014 999	14 079 103	152 009 899	(74 481 347)	114 359 288

2022	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 262 686	-	-	-	4 262 686
Disponibilidades em instituições de crédito	8 288 664	-	600 000	-	8 888 664
Crédito a clientes	10 964 521	42 358 749	49 588 509	59 708 709	162 620 488
Outros activos (juros especializados)	-	-	7 006 175	16 827 551	23 833 726
Total activos não descontados	23 515 871	42 358 749	57 194 684	76 536 260	199 605 564
Recursos de clientes	(5 054 362)	-	(21 599 691)	-	(26 654 053)
Empréstimos	-	-	-	(48 031 159)	(48 031 159)
Proveitos diferidos	-	-	(4 778 291)	-	(4 778 291)
Passivo de locação	(10 278 893)	-	-	-	(10 278 893)
Outros passivos	-	(3 136 111)	-	-	(3 136 111)
Total passivos não descontados	(15 333 255)	(3 136 111)	(26 377 982)	(48 031 159)	(92 878 507)
Total Líquido	8 182 616	39 222 638	30 816 702	(28 505 100)	106 727 057

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros variem devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de câmbio e cotações.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações nas taxas de juro com impacto nos fluxos de caixa ou no justo valor dos instrumentos financeiros.

O Futuro monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado na sua posição financeira e fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar em resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou originar perdas caso ocorram movimentos não previstos. A Administração estabelece os limites sobre o grau de variação das taxas de juro, sendo os mesmos controlados numa base diária.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem os saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, o crédito a clientes e outros activos.

As tabelas seguintes resumem a exposição do Futuro à taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2023 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2022). Os activos e passivos incluídos nas tabelas abaixo encontram-se mensurados pela quantia escriturada e categorizados pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade.

RISCO DE MERCADO 2023	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	16 024 113	16 024 113
Disponibilidades em inst. de crédito	-	55 000 000	-	5 282 674	60 282 674
Crédito a clientes	27 073 461	131 643 721	54 471 855	-	213 189 037
Outros activos	-	-	-	4 983 927	4 983 927
Total activos	27 073 461	186 643 721	54 471 855	26 290 713	294 479 750
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes	-	-	-	(26 654 053)	(26 654 053)
Empréstimos	-	-	(133 937 129)	-	(133 937 129)
Outros passivos	-	-	-	(997 809)	(997 809)
Total passivos	-	-	(133 937 129)	(32 516 861)	(166 453 990)
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	27 073 461	186 643 721	(79 465 274)	(6 226 147)	128 025 761

RISCO DE MERCADO 2022	ENTRE 3 E			SEM JUROS	TOTAL
	< 3 MESES	12 MESES	> 12 MESES		
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	4 262 686	-	-	-	4 262 686
Disponibilidades em inst. de crédito	8 288 664	-	600 000	-	8 888 664
Crédito a clientes	53 323 270	49 588 509	59 708 709	-	162 620 488
Outros activos	-	-	-	23 833 726	23 833 726
Total activos	53 323 270	50 188 509	59 708 709	36 385 076	199 605 564
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes	-	-	-	(21 151 757)	(21 151 757)
Empréstimos	-	-	(48 031 159)	-	(48 031 159)
Proveitos diferidos	-	-	-	-	-
Passivo de locação	-	-	-	(4 778 291)	(4 778 291)
Outros passivos	-	-	-	(3 136 111)	(3 136 111)
Total passivos	-	-	(48 031 159)	(29 066 159)	(77 097 318)
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	53 323 270	50 188 509	11 677 550	7 318 918	122 508 246

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2023 (e a 31 de Dezembro de 2022) é a seguinte:

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2023	+75 pb	+ 932 593
	-75 pb	- 932 593
2023	+75 pb	+ 863 920
	-75 pb	- 863 920

d. Risco cambial

O Futuro toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. Nas tabelas abaixo encontram-se detalhados os activos e passivos financeiros expostos ao risco cambial com referência a 31 de Dezembro de 2023 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2022).

RISCO CAMBIAL 2023	MT	USD	TOTAL
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	15 372 205	651 908	16 024 113
Disponibilidades em instituições de crédito	5 882 674	54 401 820	60 284 493
Crédito a clientes	213 689 047	-	213 689 047
Outros activos	4 983 927	-	4 983 927
Total activos	239 927 853	55 053 727	294 981 580
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	(31 519 052)	-	(31 519 052)
Empréstimos	(133 937 129)	-	(133 937 129)
Outros Passivos	(997 809)	-	(997 809)
Total de passivos	(166 453 990)	-	(166 453 990)
Exposição líquida	73 473 863	55 053 727	128 527 590

RISCO CAMBIAL 2022	MT	USD	
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	3 975 144	287 543	4 262 686
Disponibilidades em instituições de crédito	8 816 365	72 300	8 888 664
Crédito a clientes	171 450 762	-	171 450 762
Outros activos	24 418 685	-	24 418 685
Total activos	208 660 954	359 842	209 020 797
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	21 151 757	-	21 151 757
Passivos de locação	4 778 291	-	4 778 291
Outros passivos	51 167 270	-	51 167 270
Total de passivos	77 097 318	0	77 097 318
Exposição líquida	131 563 636	359 842	131 923 479

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração do rendimento integral do exercício (antes de imposto) é o mesmo que em capital.

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	ALTERAÇÕES NA TAXA DE CÂMBIOS DE USD	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2023	+75 pb	-0,05%	- 2 752 686
	-75 pb	0,05%	+ 2 752 686
2023	+75 pb	-0,05%	- 46 979
	-75 pb	0,05%	+ 46 979

e. Risco operacional

O risco operacional é o risco decorrente de falhas de sistemas, processos, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Futuro, implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Futuro, através de um quadro de controlo e de vigilância, procura responder aos riscos potenciais e gerir e controlar os principais riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acessos, autorizações e procedimentos de reconciliação, formação de pessoal e processos de avaliação.

f. Gestão de capital

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Futuro:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte estrutura de capital, que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades; e
- Salvaguarde a capacidade do Futuro em termos de continuidade das suas operações, de forma a continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados.

O Futuro cumpre integralmente com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE	2023	2022
De base principal (Tier 1)	111 050 161	99 191 330
De base (Tier 1)	110 629 005	99 152 180
Risco de crédito	189 068 726	154 636 650
Risco operacional	13 205 193	11 139 880
Total de risco	202 273 919	176 916 410
Rácio de adequação - fundos próprios de base (Tier 1)	54,90%	56,07%
Tier Capital I	54,69%	56,04%
Rácio global	54,69%	56,04%

33. Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira, e até à data em que as presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração não foram identificados, à luz da IAS 10, quaisquer eventos subsequentes ajustáveis e / ou não ajustáveis a ser divulgados.



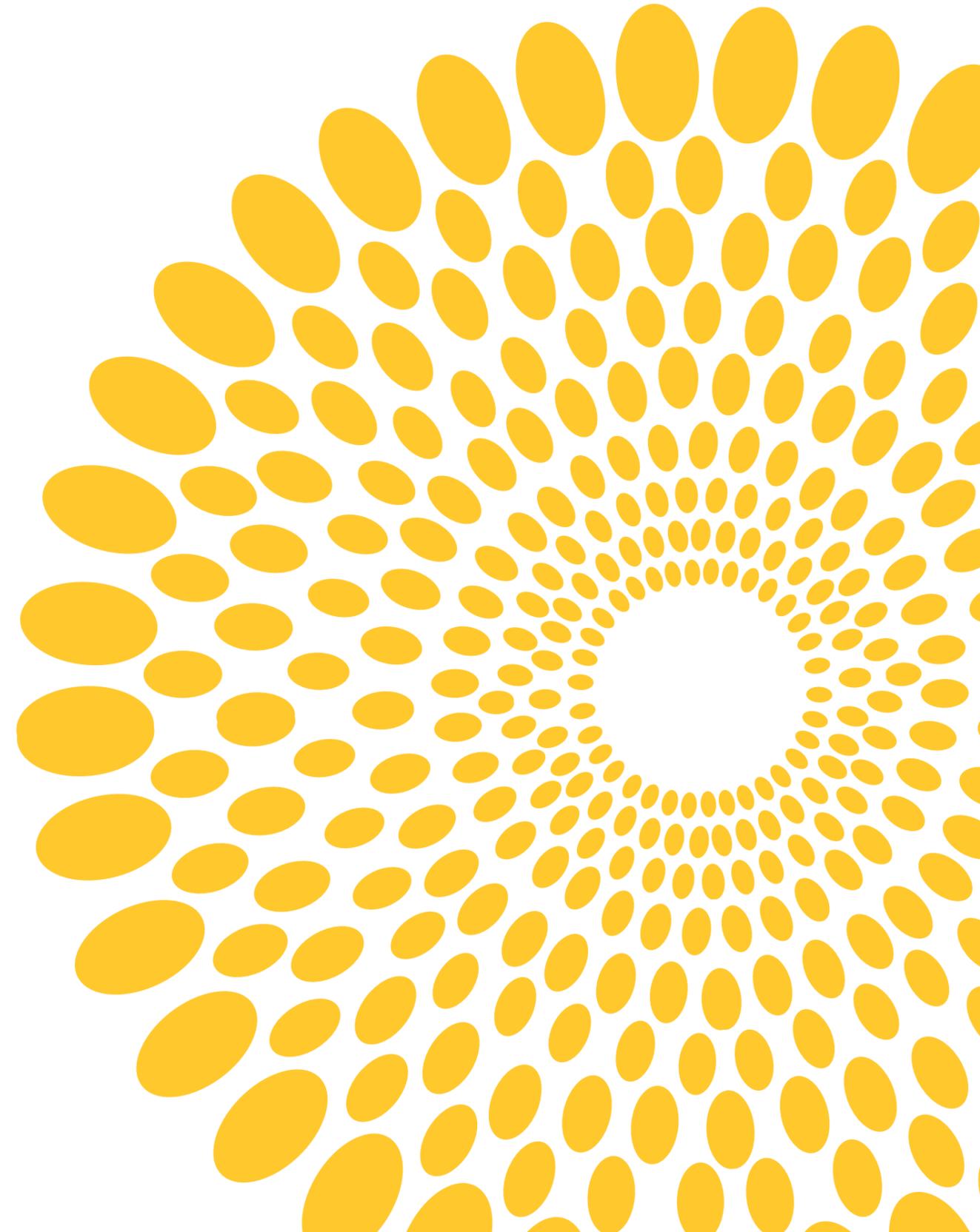
Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração



Anexo à circular nº3/SHC/2007

FUTURO MCB, S.A. - Relatório e Contas 2023
ANEXO À CIRCULAR Nº3/SHC/2007

MODELO III
Balança - Contas Individuais (Activo)
31 de Dezembro de 2023

Rubricas		dez/23			dez/22
		Notas / Quadros	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	
	Activo				
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	16 024 113		16 024 113
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	5 282 674		5 282 674
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		0		0
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0		0
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		0		0
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	9	55 000 000		55 000 000
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	10	213 689 038	16 806 398	196 882 638
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade		0		0
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra		0		0
21	Derivados de cobertura		0		0
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda		3 086 726		3 086 726
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		0		0
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	12	36 537 609	20 675 949	15 861 659
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	13	634 271	213 092	421 180
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e		0		0
300	Activos por impostos correntes		400 000		400 000
301	Activos por impostos diferidos		0		0
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	11	7 678 143		7 678 143
	Total de activos		338 332 572		300 637 133

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MODELO III (PASSIVO)
Balança - Contas Individuais (Passivo)
31 de Dezembro de 2022

Rubricas		Notas / Quadros	dez/23	dez/22
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		0	0
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0	0
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		0	0
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	14	165 456 181	74 685 212
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
44	Derivados de cobertura		0	0
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		0	0
47	Provisões	16	898 563	3 792 607
490	Passivos por impostos correntes		0	0
491	Passivos por impostos diferidos		0	0
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		0	0
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		0	0
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	16	13 403 107	14 305 907
	Total de Passivo		179 857 096	92 878 508
	Capital			
55	Capital	17	107 800 000	107 800 000
602	Prémios de emissão	17	23 782 500	23 782 500
57	Outros instrumentos de capital		0	0
-56	(Acções próprias)		0	0
58 + 59	Reservas de reavaliação		0	0
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		-19 832 339	-31 691 170
64	Resultado do exercício		9 029 876	11 858 831
-63	(Dividendos antecipados)		0	0
	Total de Capital		120 780 037	111 750 161
	Total de Passivo + Capital		300 637 133	204 628 668

MODELO IV				
Demonstração de Resultados - Contas Individuais				
Rubricas	Notas / Quadros	em MZN		
		dez/23	dez/22	
79 + 81	Juros e rendimentos similares	18	83 315 022	70 913 974
66 + 67	Juros e encargos similares		-12 613 377	-8 655 152
	Margem financeira		70 701 645	64 258 822
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
80	Rendimentos com serviços e comissões	19	10 408 437	5 352 981
68	Encargos com serviços e comissões	19	-3 376 924	-2 929 003
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 836 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	20	682 809	-78 685
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	21	340 160	
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	21	18 095 895	17 376 591
	Produto bancário		96 852 023	83 980 706
70	Custos com pessoal	22	47 333 280	39 859 036
71	Gastos gerais administrativos	23	24 647 843	25 262 671
77	Amortizações do exercício	12,13	4 871 660	4 811 562
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		-181 516	-1 410 420
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	24	11 150 880	3 599 025
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultados antes de impostos		9 029 876	11 858 831
65	Impostos Correntes Diferidos	24	0	0
74 - 86	Diferidos		0	0
640	Resultados após impostos		9 029 876	11 858 831
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Descrição	Indicador	
	2023	2022
CAPITAL		
Rácio de Alavancagem	43,8%	64,3%
Rácio de Solvabilidade	62,4%	63,4%
Tier 1 Capital	54,90%	56,1%
QUALIDADE DE ACTIVOS		
Rácio de Crédito Vencido Até 90 dias	7,0%	4,2%
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	11,0%	5,3%
Rácio de Cobertura do NPL	99,3%	170,8%
GESTAO		
Custo de Estrutura	90,63%	86,03%
Custo de Funcionamento	25,30%	29,84%
Rácio de Eficiência	2 198	2 136
RESULTADOS		
Rácio da Margem Financeira	37,8%	39,5%
Rendibilidade do Activo (ROA)	3,0%	5,8%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	6,9%	9,0%
LIQUIDEZ		
Rácio de Activos Líquidos	95,6%	93,0%
Rácio de Transformação	589,7%	609,0%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	159,8%	206,1%



Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas do Futuro MCB, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos conferiram em Assembleia Geral Ordinária de 27 de Abril de 2023, apresentamos o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no Futuro MCB, S.A. ("Futuro"), relativamente às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, as quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Futuro.

Relatório

No decurso do exercício acompanhamos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Futuro e verificámos a regularidade da escrituração contabilística, da respectiva documentação, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Futuro as informações e os esclarecimentos solicitados sobre o negócio bem como sobre outras matérias de natureza contabilística, financeira, controlo interno e de gestão de riscos.

O presente exercício foi determinantemente marcado pela revisão dos coeficientes das Reservas Obrigatórias, por parte do Banco de Moçambique, ao abrigo da Circular nº 02/EMO/2023 de 31 de Maio de 2023, na qualidade de entidade reguladora do sector. Neste âmbito, o coeficiente de reservas obrigatórias aplicável aos depósitos denominados em moeda nacional passou de 10,5% para 39%, enquanto para os depósitos em moeda estrangeira passou de 11% para 39,5%, representando um aumento de liquidez não investida e, por conseguinte, sem rentabilidade para o Futuro.

No âmbito das nossas funções, contámos com a colaboração do Auditor Independente, PwC Mozambique, com o qual mantivemos contacto no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras do exercício em referência.

Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2023, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, tendo concluído que os mesmos se apresentam de forma apropriada, satisfazem os requisitos legais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Futuro bem como os resultados das operações. Os princípios contabilísticos e critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.



Apreciámos o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor sobre a conjuntura económica global e nacional, o desempenho dos negócios e da situação do Futuro, evidenciando os aspectos mais significativos. Em relação a proposta da aplicação do resultado líquido do exercício no montante de 5.053.004 Meticals, que prevê a alocação de 30% do resultado (1.515.901,20 Meticals), destinado à constituição da reserva legal e o remanescente (3.537.102,80 Meticals) para resultados transitados, foi verificada a sua conformidade com os requisitos legais e regulamentares, com especial destaque ao disposto no artigo 82, nº 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Adicionalmente, procedemos a apreciação do Relatório do Auditor Independente sobre a auditoria às demonstrações financeiras do Futuro referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, preparadas pela Administração em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), cujo âmbito e opinião expressa mereceram a nossa consideração.

Parecer

Tendo em consideração os procedimentos expostos acima, e face às informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços do Futuro, bem como as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer favorável à:

- i) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- ii) Aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração; e
- iii) Aprovação da proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração

Maputo, 28 de Março de 2024

O Fiscal Único

I2A Auditores, S.A.

Representado por:

Ismael Faquir

Managing Partner



Estrada Nacional 8
Bairro de Namutequelua - Nampula

+ 258 84 314 0799
contato@futuromcb.com